



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE E
INCLUSÃO

ALINE CHERMONT WAROL TEIXEIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO
SUPERIOR: UM SITE PARA DIVULGAÇÃO DE
AÇÕES DA UFF/NF

Dissertação de Mestrado submetida à Universidade Federal Fluminense visando
à obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão

Orientadora: Cristina Maria Carvalho Delou



Niterói
2016

ALINE CHERMONT WAROL TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UM
SITE PARA DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DA UFF/NF**

Trabalho desenvolvido no Laboratório Escola de Inclusão do Departamento de Biologia Celular e Molecular do Instituto de Biologia para o Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense.

Dissertação de Mestrado submetida
à Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial visando à
obtenção do grau de Mestre em
Diversidade e Inclusão

Orientadora: Cristina Maria Carvalho Delou

**NITERÓI
2016**

-
- T266 Teixeira, Aline Chermont Warol
 Educação inclusiva no ensino superior: um site para divulgação de ações da UFF/NF / Aline Chermont Warol Teixeira. – Niterói:[s.n.], 2016.
 82f.
- Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, 2016.
1. Educação inclusiva. 2. Divulgação Científica. 3. Ensino superior. 4. Instituição de ensino superior. 5. Site da Web. 6. Inclusão escolar. 7. Nova Friburgo (RJ). I. Título.

CDD. 371.90474

ALINE CHERMONT WAROL TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UM
SITE PARA DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DA UFF/NF**

Dissertação de Mestrado
submetida à Universidade
Federal Fluminense como
requisito parcial visando à
obtenção do grau de Mestre em
Diversidade e Inclusão

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Cristina Maria Carvalho Delou – Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão - Universidade Federal Fluminense (Orientadora e Presidente da Banca)

Prof.^a Dr.^a Helena Rodrigues Lopes – Departamento de Microbiologia e Parasitologia. – Universidade Federal Fluminense (Membro Titular)

Prof. Dr. Luiz Antônio Botelho Andrade – Departamento de Neurobiologia Geral – Universidade Federal Fluminense (Membro Titular)

Prof.^a Dr.^a Maria Ângela Monteiro Corrêa – Departamento de Fundamentos da Educação - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Membro Titular Externo)

Prof.^a Dr.^a Neuza Rejane Wille Lima – Departamento de Biologia Geral – Universidade Federal Fluminense (Revisora e Membro Suplente)

Dedico este trabalho à minha família,
pelo amor verdadeiro e apoio em
todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente em minha vida, fortalecendo minha fé e sustentando minha caminhada.

Aos meus pais, irmãos e a todos os familiares, pelo amor, suporte e também pelo cuidado com meus filhos, ajudando-me a alcançar esse objetivo.

Aos meus queridos filhos, Sávio e Alice, pelo amor incondicional, apoio e por compreenderem minha ausência em tantos momentos.

A Marcelo, meu marido, pela compreensão e dedicação à família, também pelo amor, companheirismo e por ser minha fortaleza, não medindo esforços para eu realizar este curso, mesmo diante dos obstáculos que surgiram pelo caminho.

Às amigas de Friburgo que me acompanharam na estrada em tantas idas e vindas, tornando as viagens para Niterói alegres e menos desgastantes, principalmente à Sandra por sempre me encorajar.

A todos os amigos pela torcida e pelo carinho, em especial aqueles que me deram um suporte técnico: Adriano, Jefferson, Thiago e Alcione. Também à Viviane, que me incentivou a buscar esse caminho.

Aos amigos que conheci no mestrado pelas trocas de experiências e pelo companheirismo, principalmente aqueles que estavam sempre presentes, com um gesto ou uma palavra de apoio.

À Profa. Dra. Luiza Santos Moreira Costa e à jornalista Lucília Maria Moreira Machado, que colaboraram com minha pesquisa.

Às minhas chefias, Prof. Dr. Amauri Favieri Ribeiro, diretor do Instituto de Saúde de Nova Friburgo/ Campus Nova Friburgo/ Universidade Federal Fluminense, e Profa. Ana Claudia Herdy Torres Teixeira, Coordenadora da Equipe de Educação Especial do município de Nova Friburgo, pela compreensão, incentivo e apoio para a realização do curso de mestrado.

Aos professores do Instituto de Saúde de Nova Friburgo/ Campus Nova Friburgo/ Universidade Federal Fluminense, que me incentivaram durante o curso.

Aos professores e alunos do Curso de Mestrado em Odontologia do Instituto de Saúde de Nova Friburgo/ Campus Nova Friburgo/ Universidade Federal Fluminense, pelo acolhimento e carinho.

Aos professores do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão pelos muitos ensinamentos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Cristina Maria Carvalho Delou, por acreditar na minha capacidade e por contribuir para minha formação.

Aos professores, que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca de defesa: Dra. Helena Rodrigues Lopes, Dr. Luiz Antônio Botelho Andrade e Dra. Maria Ângela Monteiro Corrêa.

À Profa. Dra. Neuza Rejane Wille Lima, por contribuir com a revisão do trabalho.

A todos, que de alguma forma, colaboraram direta ou indiretamente para que eu concluísse mais essa etapa da minha vida.

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas.....	IX
Lista de Siglas.....	IX
Lista de ilustrações.....	X
Resumo.....	XIII
Abstract.....	XV
1. Introdução.....	1
1.1 Apresentação.....	1
1.2 Público-alvo da educação especial no ensino superior.....	5
1.3 O aumento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino superior do Brasil na segunda década do século XXI.....	9
2. Objetivos	15
2.1 Objetivo geral.....	15
2.2 Objetivos específicos.....	15
3. Material e Métodos.....	16
3.1 Revisão bibliográfica.....	16
3.2 Entrevista.....	16
3.3 Elaboração do produto.....	17
4. Resultados e Discussão.....	20
4.1 Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF).....	20
4.2 O site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	31
4.2.1 As logomarcas.....	33
4.2.2 Demonstrativo de visitas.....	34
4.2.3 Menu.....	35
4.3 Páginas do site.....	36
4.3.1 Home.....	36
4.3.2 Histórico.....	42
4.3.3 Equipe.....	43
4.3.4 Projetos.....	44
4.3.5 Serviços.....	47
4.3.6 Repercussões na Mídia.....	49
4.3.7 Legislação.....	51

4.3.8 Contato.....	55
4.4 Avaliação dos acessos ao site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	57
4.4.1 Avaliação dos acessos ao site entre 19 de Janeiro e 17 de Fevereiro.....	58
4.4.2 Total dos novos visitantes e dos visitantes que retornaram ao site...	59
4.4.3 Origem dos acessos.....	60
4.4.4 Acessos ao site após novas divulgações.....	62
5.Considerações finais e perspectivas.....	64
5.1 Conclusões.....	64
5.2 Perspectivas.....	66
6. Referências bibliográficas.....	67
7. Apêndices e Anexos.....	78
7.1 Apêndice nº 1 - Perguntas para entrevista sobre o Sensibiliza.....	78
7.2 Apêndice nº 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Profa. Dra Luiza Santos Moreira da Costa.....	79
7.3 Apêndice nº 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da jornalista Sra. Lucília Maria Moreira Machado.....	80
7.4 Anexo nº 1 – Reportagem do jornal A Voz da Serra.....	81
7.5 Anexo nº 2 – Reportagem do Jornal Mais Bom Jardim	82

LISTA DE ABREVIATURAS

Dra. - Doutora
Nº - número
p. - página
Profa. - Professora

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE - Atendimento Educacional Especializado
CEP - Conselho de Ensino e Pesquisa
CMPDI - Curso de Mestrado profissional em Diversidade e Inclusão
CNF - Campus de Nova Friburgo
DAI/CAS - Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF)
GT - Grupo de Trabalho
PROAC - Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos
IACS - Instituto de Arte e Comunicação Social
IBC - Instituto Benjamin Constant
IES - Instituições de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISNF - Instituto de Saúde de Nova Friburgo
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da Educação
NAIS - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza/UFF
NDC - Núcleo de Documentação
NEPES - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Sensibiliza UFF
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PROAC - Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos
PROAES - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
SAE - Setor de Apoio Educacional
SME - Secretaria Municipal de Educação
STI - Superintendência de Tecnologia e Informação
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Aumento do número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino superior do Brasil, com dados coletados nos Censos do Ensino Superior de 2011, 2012, 2013 e 2014. (BRASIL, 2011).....	12
Figura 2: Linha do tempo sobre a história do Sensibiliza UFF.....	28
Figura 3: Logomarcas que fazem parte da estrutura principal do site.....	33
Figura 4: Demonstrativo de visitas localizado na estrutura principal do site	35
Figura 5: Menu localizado na estrutura principal do site.....	36
Figura 6: Fotos da sede administrativa e dos espaços acessíveis do ISNF/ CNF/ UFF: A- Entrada principal da sede administrativa do ISNF/ CNF/ UFF; B- Rampa de acesso a laboratórios do curso de Odontologia do ISN/CNF/UFF; C- Vaga no estacionamento do ISNF/ CNF/ UFF reservada para uso das pessoas com deficiência; D- Rampa de acesso à Clínica de Fonoaudiologia do ISNF/ CNF/ UFF; E- Banheiro adaptado da Clínica de Fonoaudiologia do ISNF/ CNF/ UFF; F- Entrada dos laboratórios do curso de Biomedicina do ISNF/CNF/ UFF.....	37
Figura 7: Fotos de locais públicos acessíveis na cidade de Nova Friburgo: A- Calçada acessível no centro da cidade com piso tátil e rampas de acesso ao estabelecimento comercial; B- Calçada no Centro com piso tátil; C- Calçada ao longo da via principal do distrito de Conselheiro Paulino; D- Calçada ao longo da via principal do distrito de Conselheiro Paulino; E- Ônibus adaptado para deficientes físicos; F- Rampas nos meios-fios em calçadas no centro da cidade.....	38
Figura 8: Resultado à primeira pergunta da enquete: “Você encontrou neste site o que procurava?”.....	40
Figura 9: Resultado à segunda pergunta da enquete: “Então, o que procurava?”.....	41

Figura 10: Página “Histórico”, do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	42
Figura 11: Página “Equipe”, do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	43
Figura 12: Página “Projetos”, do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	44
Figura 13: Página “Serviços”, do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	48
Figura 14: Página “Repercussões na Mídia”, do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	50
Figura 15: Página “Legislação” do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	51
Figura 16: Página “Contato” do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	56
Figura 17: Demonstrativo dos acessos ao site “Educação Inclusiva no Ensino Superior” no período de 19 de janeiro a 17 de fevereiro de 2016, obtido através do endereço: https://analytics.google.com/analytics/web/#report/defaultid/a72611510w110287983p115070715/%3F_u.date00%3D20160119%26_u.date01%3D20160217/	59
Figura 18: Demonstrativo dos novos visitantes e dos visitantes que retornaram ao site.....	60
Figura 19: Demonstrativo de acessos ao site por país, obtido através do endereço: https://analytics.google.com/analytics/web/#report/defaultid/a72611510w110287983p115070715/%3F_u.date00%3D20160119%26_u.date01%3D20160217/	61
Figura 20: Demonstrativo de acessos ao site por cidade, obtido através do endereço: https://analytics.google.com/analytics/web/#report/defaultid/a72611510w110287983p115070715/%3F_u.date00%3D20160119%26_u.date01%3D20160217/	62
Figura 21: Demonstrativo dos acessos realizados do dia 19 de Janeiro de 2016 até dia 06 de Julho de 2016, obtido através do endereço	

https://analytics.google.com/analytics/web/#report/defaultid/a72611510w110287983p115070715/.....	63
--	----

QUADROS

Quadro1: Organização da DAI/CAS.....	30
Quadro 2: Relação dos projetos de extensão do CNF/ INSF/ UFF com foco para a diversidade e inclusão.....	45
Quadro 3: Lista dos serviços relacionados à diversidade e inclusão encontrados na cidade de Nova Friburgo, bem como das respectivas instituições responsáveis, que foram divulgados no site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	48
Quadro 4: Relação dos instrumentos legais disponibilizados no site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.....	52

RESUMO

Desde o surgimento das primeiras universidades no Brasil, no início do século XX, mudanças significativas foram registradas na história da educação superior no país, dentre elas as ações voltadas para a democratização do ensino nesta etapa, que se tornaram notáveis neste novo milênio. Nos últimos anos, em virtude do forte movimento pela promoção da inclusão no cenário educacional brasileiro também pode ser destacado um aumento significativo das matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nos cursos de graduação do Brasil. Entretanto, mesmo que os alunos público-alvo da educação especial tenham o direito à educação em todos os níveis assegurado por lei são necessárias políticas públicas voltadas para o ensino superior, para que a inclusão se efetive, evitando a evasão. A criação dos Núcleos de Acessibilidade é uma ação incentivada pelo governo para favorecer a inclusão nas Instituições de Ensino Superior e que passou a se concretizar em muitas unidades. A própria Universidade Federal Fluminense há muitos anos trabalha em prol da inclusão na instituição e com a recente transformação de seu Núcleo de Acessibilidade em Divisão de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF pode vislumbrar melhorias. A movimentação deve ocorrer em todos os campi, assim, após a entrada de alunos público-alvo da educação especial no Instituto de Saúde de Nova Friburgo, do Campus de Nova Friburgo, houve a necessidade de realizar um trabalho mais efetivo para promover a inclusão na região. O objetivo do presente estudo foi criar uma ação de divulgação do Setor de Apoio Educacional, no formato *site*, para divulgar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, desenvolvidas por técnicos-administrativos, docentes e alunos da Instituição de Ensino Superior, ações governamentais de âmbito federal, estadual e municipais para divulgação científica em diversidade e inclusão. A metodologia do estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica com a seleção de produções acadêmicas publicadas entre 2000 e 2016, sobre inclusão escolar e, principalmente, sobre educação inclusiva no ensino superior, levantamento de legislações e dados estatísticos em *sites* oficiais do governo, assim como foram feitas entrevistas semiestruturadas com as pioneiras do Sensibiliza-UFF. Por meio da pesquisa-ação foi construída uma ação de divulgação universitária. Na etapa de planejamento foram selecionados os assuntos que constituíram a ação, na implementação houve a criação *de um site* e, na etapa final, durante 30 dias houve a avaliação dos acessos ao *site*, por meio da ferramenta *Google Analytics*, e da satisfação dos visitantes, através de uma enquête. Registrou-se que houve 316 acessos, a maior parte oriunda de Nova Friburgo. Estes dados e a análise dos resultados da enquête disponibilizada no *site* mostraram o interesse e as dúvidas das pessoas sobre o tema, os serviços da região e os projetos do Instituto de Saúde de Nova Friburgo, confirmando a relevância de canais de comunicação como o *site*. Assim, o acesso ao conhecimento e a serviços disponíveis na universidade e na comunidade foram propiciados a uma grande quantidade de pessoas, contribuindo com profissionais, familiares e os outros interessados ou envolvidos na educação inclusiva. O *site* denominado Educação Inclusiva no Ensino Superior configurou-se o produto final deste trabalho. Um *site* institucional, com domínio da Universidade Federal Fluminense, apresentando o seguinte endereço de acesso, criado junto à Superintendência de Tecnologia da Informação desta instituição: www.inclusaonf.uff.br.

Palavras-chave: Divulgação Científica, Ensino Superior, Inclusão, Site

ABSTRACT

Since the emergence of the first universities in Brazil, in the early twentieth century, significant changes were recorded in the history of higher education in the country, among them the actions for the democratization of education at this stage, which became notable in this new millennium. In recent years, due to the strong movement for promoting inclusion in the Brazilian educational scenario it can also be noted a significant increase in enrollment of students with disabilities, global development disorders and high skills or giftedness in undergraduate courses in Brazil. However, even if the special education audience students have the right to education at all levels guaranteed by law Public policies aimed at higher education, so that the inclusion becomes effective, avoiding evasion. The creation of accessibility Nuclei is an action encouraged by the government to favor the inclusion in higher education institutions and began to materialize in many units. The Federal Fluminense University for many years works for the inclusion in the institution and the recent transformation of its Accessibility Center for Accessibility and Inclusion Division - Sensitizes FFU can envision improvements. The changes must occur in all campuses, so after the entry of special education target group students in Nova Friburgo Health Institute, the Nova Friburgo Campus, there was the need for a more effective work to promote inclusion in region. The aim of this study was to create a dissemination action of the Sector of Educational Support, the website format to disseminate educational activities, research, extension and innovation, developed by technical-administrative, faculty and students of the institution of higher education, government actions federal, state and municipal level to science communication in diversity and inclusion. The methodology of the study was based on a literature search with the selection of academic production published between 2000 and 2016, school enrollment and especially on inclusive education in higher education, survey of legislation and statistical data on official government sites, as were made semi-structured interviews with the pioneers of Sensitizes-UFF. Through action research was built a university release action. At the planning stage were selected issues that were the action, implementation was the creation of a website and, in the final stage, 30 days was the evaluation of access to the site through the Google Analytics tool, and visitor satisfaction through a poll. It has observed that there were 316 hits, most coming from Nova Friburgo. These data and the analysis of the survey results available on the website showed interest and the doubts of the people on the subject, the region's services and projects of the Health Institute of Nova Friburgo, confirming the relevance of communication channels such as the website. Thus, access to knowledge and services available at the university and in the community were propitiated to a lot of people, contributing professionals, family members and others interested or involved in inclusive education. The site called Inclusive Education in Higher Education was configured the final product of this work. An institutional site, with the field of Federal Fluminense University, with the following address to access, created by the Superintendency of Information Technology of the institution: www.inclusaonf.uff.br.

Keywords: Science Communication, Higher Education, Inclusion, Site

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Em Nova Friburgo, interior do Rio de Janeiro, cursei da educação infantil ao ensino superior, também nesta cidade atuo na área educacional há vinte e um anos. No ano de 1990 concluí o curso, a nível médio, de Formação de Professores e logo iniciei a graduação em Pedagogia na Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, concluindo-a em 1995. Em seguida optei por fazer uma complementação do ensino médio, no Instituto de Educação de Nova Friburgo, com o intuito de obter habilitação para lecionar nas classes de educação infantil. Na ocasião passei a ter interesse em realizar pós-graduação, mas não foi possível por falta de curso na região. Para realizar especialização era necessário o deslocamento para uma cidade mais distante, o que para mim era muito dispendioso e impossível em virtude dos compromissos profissionais.

Alguns anos depois surgiram as primeiras ofertas de pós-graduação *lato sensu* na cidade, porém não eram gratuitas, motivo que ainda inviabilizava minha participação. Aos poucos, novos cursos foram sendo implantados na região e em 2009 tive a oportunidade de realizar, de forma semipresencial, a especialização em Educação Especial - Deficiência Auditiva, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mais tarde, em 2013, realizei também o curso de Atendimento Educacional Especializado (AEE), pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na modalidade à distância.

Quanto à minha carreira profissional, no ano de 1996 iniciei como educadora na rede municipal, após aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. Neste órgão lecionei em turmas do ensino fundamental I por dois anos. De 1998 até 2012 exerci a função de orientadora educacional em duas unidades escolares. E desde 2012 atuo no núcleo central da Secretaria Municipal de Educação (SME). Paralelamente ao serviço público, exerci a função de professora de educação infantil em uma escola privada na mesma cidade, de 1997 até 2009. Em 2009, após aprovação em Concurso Público, comecei a exercer a função de Técnica em Assuntos Educacionais no

Instituto de Saúde de Nova Friburgo (ISNF) / Campus de Nova Friburgo (CNF) / da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Durante minha trajetória profissional, desde o início houve um envolvimento com a inclusão escolar. Nos primeiros dez anos de atuação na rede pública acompanhei apenas o caso de um aluno com deficiência auditiva que cursava o ensino fundamental e ao mesmo tempo recebia atendimento em instituição especializada. Em 2004, enquanto professora de educação infantil, tive um aluno com características de autismo, porém, na ocasião, a falta de informação, orientação e formação adequada dificultou o processo de inclusão. A partir de 2005 houve uma intensificação da educação inclusiva na cidade e comecei a acompanhar diretamente um maior número de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação incluídas nas salas de aula regulares. A princípio, na escola em que atuava houve matrículas apenas de crianças com Síndrome de Down.

Ainda em 2005 iniciou-se a composição da equipe de educação especial do município e logo houve a proposta de um trabalho de formação docente. Então, foram escolhidas três unidades escolares para iniciar esse processo, uma dessas era a escola em que atuava por atender o maior número de alunos da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental, cerca de 1200 crianças. A ideia era que as equipes pedagógicas dessas escolas realizassem, no núcleo central da SME, um estudo contínuo do material encaminhado pelo Ministério da Educação (MEC), intitulado “Educar na Diversidade”, desenvolvendo estratégias para também estudá-lo com os docentes das respectivas unidades, iniciando assim um processo de conscientização e reflexão sobre a questão da educação inclusiva.

No fim de 2006 fui transferida para um Centro Municipal de Educação Infantil, que atendia crianças de 4 meses até 6 anos de idade. Nesta unidade participei da inclusão de crianças com deficiência auditiva e autismo, baixa visão, deficiência intelectual e altas habilidades, que também eram acompanhadas por profissionais da área de saúde e pela equipe de educação especial da SME. Enquanto trabalhei nesta unidade escolar não houve muita oferta de capacitação sobre educação inclusiva para os profissionais deste segmento, apenas um curso básico de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), mesmo diante da pouca oferta de vagas foi possível realizá-lo.

Em 2012 fui lotada na equipe de educação infantil da SME, uma de minhas atribuições era visitar as unidades escolares e, além de orientar o trabalho pedagógico em desenvolvimento nesta etapa do ensino, também observava os alunos que, possivelmente, eram público alvo da educação especial, indicando para avaliação dos profissionais responsáveis. Atualmente, após convite da Subsecretária Pedagógica, componho a equipe de educação especial da rede. A coordenadora da equipe solicitou que meu trabalho seja direcionado para o atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados nas escolas municipais.

No ISNF/ CNF/ UFF atuo no Setor de Apoio Educacional (SAE), auxiliando as coordenações dos cursos de graduação em questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e às diversas demandas dos discentes, como a adaptação destes à cidade e ao meio universitário. Em 2012, com o ingresso de um aluno com dupla excepcionalidade (síndrome de Asperger e altas habilidades) no curso de Biomedicina, o apoio à inclusão tornou-se também uma importante atribuição do SAE. No ano de 2014 também houve a matrícula de uma aluna com síndrome de Asperger no mesmo curso. No primeiro caso o aluno só foi identificado no decorrer das aulas e logo o SAE se mobilizou para buscar auxílio e orientação.

Logo com a ocorrência do primeiro caso foi solicitado ajuda institucional e recebemos atenção de profissionais do Apoio Psicossocial da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) que pontuaram possíveis indicações. Em seguida a universidade vivenciou um longo período de greve, ocasionando a interrupção das aulas. Assim que as atividades se normalizaram foi feito também contato com a Escola Estadual Municipalizada de Educação Especial Neusa Goulart Brizola, que está localizada nas dependências do ISNF/ CNF/ UFF. Prontamente, a direção desta escola e a coordenadora da equipe de educação especial do município, responsável pela unidade, se comprometeram a fazer uma parceria conosco e começou um trabalho de observação e análise do caso para uma posterior orientação.

Poucos meses depois foi possível contato com docente da Faculdade de Educação/UFF, da área de educação especial, que logo veio até o ISNF/ CNF/ UFF, inteirou-se da situação e começou a dar suporte e orientar o processo de inclusão deste aluno com dupla excepcionalidade. No segundo semestre de 2013,

visando obter mais informação e conhecimento para lidar com o caso, aproveitei o convite desta professora e participei de encontros do Grupo de Pesquisa Talento e Capacidade Humana na Sociedade e na Educação, que se reunia na UFF, em Niterói, onde eram tratadas questões relativas ao assunto altas habilidades/superdotação. Logo, no início de 2014, pude cursar a disciplina “Altas Habilidades e Notório Saber – reconhecendo o conhecimento”, como aluna avulsa, no Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI), também na UFF.

Sendo assim, diante do impacto que o ingresso destes estudantes público-alvo da educação especial causou a docentes, técnicos administrativos e discentes do ISNF/ CNF/ UFF e também das dificuldades vivenciadas por esses alunos é que surgiu a demanda de criação de um *site* informativo, a partir de estudos pautados na prática profissional. Principalmente porque essa situação se configura pela falta de conhecimento e informação por parte de todos os envolvidos, seja quanto às particularidades ou à legislação que ampara os indivíduos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Então, ainda em 2014, iniciei o CMPDI em busca não só de crescimento pessoal como também de um melhor desempenho profissional, colaborando para a educação inclusiva na minha região.

A linha de pesquisa escolhida foi “Produção de Materiais e Novas Tecnologias” e a proposta é investigar sobre “Educação Inclusiva no Ensino Superior”, através da metodologia Pesquisa-Ação, com o objetivo de criar uma ação de divulgação do Setor de Apoio Educacional do ISNF/ CNF/ UFF, no formato *site*, para divulgar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, desenvolvidas por técnicos-administrativos, docentes e alunos da Instituição de Ensino Superior (IES), ações governamentais de âmbito federal, estadual e municipais para divulgação científica em diversidade e inclusão. Com a elaboração deste “material didático e instrucional do tipo *site*” muitas pessoas poderão ter acesso ao conhecimento sobre serviços disponíveis na UFF e na comunidade e, deste modo, profissionais, familiares e os outros interessados ou envolvidos na educação inclusiva serão beneficiados, tanto os da cidade como do entorno.

1.2 PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR

Mediante breve análise da história das Universidades, pode-se destacar que elas se originaram no continente europeu, precisamente no século XII e que nem sempre essas instituições tiveram liberdade acadêmica. A autonomia no meio universitário iniciou-se na França, com a Universidade de Paris, fundada a partir de docentes que pleiteavam a livre atuação. Instituiu-se uma corporação que proporcionava o direito de decisão, não só sobre aqueles que integrariam essa organização como também sobre o ensino, porém a concessão de certificados ainda ficava a cargo da Igreja. Já no período do renascimento, perante conflitos religiosos aconteceu uma união entre o Estado e a Igreja, que passaram a controlar as universidades, então conhecidas como confessionais. Em razão disso, a liberdade acadêmica ficou tolhida até o século XIX, sendo novamente valorizada após o rompimento da Igreja com o Estado e com o surgimento das universidades laico-estatais, inclusive na América Latina. (DURHAM, 2005).

Em relação ao Brasil, as universidades foram criadas nas três primeiras décadas do século XX e influenciadas pelos modelos universitários italianos e alemães, seguindo o mesmo padrão internacional das cátedras, onde a liberdade era conferida apenas aos catedráticos, que eram docentes detentores do poder e responsáveis pelas decisões no meio acadêmico. (DURHAM, 2005).

Na década de 30, início da Era Vargas, o Brasil teve uma grande expansão das universidades. O governo concedeu privilégios fiscais ao setor privado, proporcionando o crescimento das universidades neste setor e manteve um controle quanto à esfera pública, criando a Universidade do Brasil a partir da Universidade do Rio de Janeiro, como modelo para as demais universidades públicas que surgiam no país. (CUNHA, 2004). O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi divulgado em 1932, mostrando que a universidade possuía uma tripla função: a pesquisa, a docência e a extensão. (MENDONÇA, 2000; CHAUI, 2006 apud FERRARI; SEKKEL, 2007).

Segundo Ferrari e Sekkel (2007), a procura pelo ensino superior cresceu no Brasil, no final da década de 50, atraindo a classe média pelo status que a

universidade passou a oferecer. O processo de seleção era rigoroso e só os candidatos oriundos de boas escolas conseguiam vagas na rede pública. Nesta época, o movimento estudantil obteve grande visibilidade, além de pleitear mudanças no sistema educacional mostrou-se um segmento importante na luta pela universidade pública e pelo aumento de vagas. Todavia, apesar do enfrentamento do governo, a necessidade de mudanças na educação foi reconhecida e o Brasil vivenciou a Reforma de 1968. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Como aponta Durham (2005), o fim do sistema de cátedras e a reorganização em departamentos foi uma das modificações ocorridas nas universidades na ocasião, ampliando a participação docente.

“O regime departamental, na configuração da reforma dos anos de 1960, soltou as amarras artesanais que limitavam a expansão do ensino superior estatal no Brasil, pois a incorporação de docentes já não dependia de decisão pessoal do catedrático, mas, sim, de concursos públicos. Ademais, o poder acadêmico e institucional abandonou a base necessariamente patrimonialista, centrada no professor catedrático, e substituiu-a por uma base de poder do tipo racional-legal, centrada na gestão colegiada. ” ... (CUNHA, 2004, p.799).

Com desenvolvimento da economia, ocorrido na década de 70, o governo aumentou o repasse de recursos financeiros para a educação, proporcionando melhorias para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com este momento próspero que o país vivenciava houve um enriquecimento da classe média, gerando um aumento na procura pelo ensino superior no país. (DURHAM, 2003). As boas ofertas apresentadas pelas IES privadas atenderam a demanda dessa classe. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Em sua pesquisa, Schwartzman (1996) aponta o motivo da expansão do setor privado na época: *“A sua expansão se deu fortemente a partir da década de 70 e veio inicialmente atender a demanda reprimida por um sistema público que produzia, para a época, um número significativo de excedentes.”*

Já nos anos 80 o país passou por uma crise econômica, freando o progresso do ensino superior e gerando um enfraquecimento do número de matrículas nos cursos de graduação. (DURHAM, 2003). A procura por cursos noturnos, oportunistas no setor privado, foi o que sobressaiu na ocasião, como apontam Santos e Cerqueira (2009). Uma nova clientela passou a buscar o

ensino superior, composta por brasileiros que trabalhavam e estudavam simultaneamente, contrastando com o público que até então predominava nos cursos de graduação. (BRASIL, 2003).

Na década de 90 o ensino superior começou a crescer novamente e quantitativo de universidades particulares apresentou um aumento significativo em relação às federais. (MARTINS, 2000). Contudo, como aponta Ferrari e Sekkel (2007), o setor privado apresentou uma situação preocupante: diante da baixa procura pelos cursos de graduação deste segmento houve sobra de um número expressivo de vagas. Em contrapartida aumentou a relação candidato/vaga nos processos seletivos da rede pública. (BRASIL, 2003). Um fato relevante que também aconteceu nesta década foi a promulgação da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trouxe mudanças no ensino superior como: novos tipos de cursos, programas e bases para se estabelecer a avaliação do ensino superior. (MACEDO et. al, 2005).

No início deste século, o crescimento de alunos no curso de graduação era apontado: *“Em 1980 registrou-se o ingresso de 356.667 novos alunos no Sistema; já em 2001 este número saltou para 1.206.27373 - representando um aumento de 238%74.”*. (BRASIL, 2003). Ainda nesta ocasião o governo propôs uma reforma no ensino superior, visando a qualidade, a modernização e a inclusão social deste segmento. (MACEDO et. al, 2005).

Em 2005, através da Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005), o governo criou o Programa Universidade para Todos com a intenção de oportunizar o acesso ao ensino superior, através da concessão de bolsas, aos alunos carentes, negros, indígenas e portadores de deficiência. O docente da rede pública também usufruiria de tal benefício para realizar cursos relacionados à sua formação. A partir de 2006, visando contribuir financeiramente com os alunos dos cursos integrais quanto aos gastos diários, o governo começou a oferecer a Bolsa Permanência. (CARVALHO, 2006).

Ainda pensando no acesso e permanência de um maior número de brasileiros nos cursos de graduação, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI foi instituído pelo governo, através do Decreto nº 6.096. (BRASIL, 2007). Dentre às diretrizes que o referido programa coloca, cabe ressaltar as seguintes:

“I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; ”...
(Art. 2º, BRASIL, 2007).

Desde 2012 também, através da Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012), estudantes oriundos de escolas públicas e de famílias com comprovada baixa renda, bem como negros, pardos e indígenas passaram a ter direito a reserva de uma porcentagem dentre as vagas ofertadas pelas IFES.

Diante das medidas expostas, é notável, nos últimos anos, o empenho do governo brasileiro na criação de mecanismos que oportunizem a todos, historicamente excluídos, acesso ao ensino superior. E nesse grupo encontram-se os indivíduos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que vêm adquirindo direitos legais no campo educacional. A partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos e da Declaração de Salamanca, o Brasil firmou acordo com o intuito de propiciar um sistema educacional inclusivo e, desde então, vem criando uma legislação que apoie e favoreça essa situação. (DÍAZ, F., *et al.*, 2009).

A partir de 2005, por exemplo, o MEC, através do Programa Incluir, começou a divulgar editais com o intuito de que fossem criados ou reestruturados núcleos de acessibilidade nas IFES. Essas receberiam recursos financeiros para efetivação dos núcleos à medida que atendessem às exigências e tivessem seus projetos aprovados. Ainda como parte deste programa o governo lançou, em 2013, um “Documento Orientador” relativo à questão de acessibilidade nas referidas instituições. (BRASIL, 2013). Como consta neste documento:

“O Programa Incluir – acessibilidade na educação superior é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.”... (BRASIL, 2013).

Sendo assim, classes heterogêneas tornam-se uma realidade nas universidades e fazem parte da atual conjuntura educacional. E a existência deste

novo perfil de estudantes evidencia o papel importante dos docentes que além de dominarem conteúdos de áreas específicas, devem estar dispostos à mudança na prática pedagógica e, conseqüentemente, construção de um espaço acadêmico com oportunidade de desenvolvimento satisfatório a todos que nele ingressarem. Também é necessária uma modificação de valores, prezando o respeito às diferenças, aos limites e potenciais de cada um na sala de aula, que é um espaço cercado de preconceitos. E a criação de canais de disseminação de conhecimento sobre educação inclusiva é uma alternativa que busca contribuir para melhoria da atual situação, oportunizando transformações. (BISOL; VALENTINI, 2012).

Portanto, à medida que há um aumento de informação e orientação sobre o assunto, a tendência é eliminar credices que ainda imperam na educação básica e já surgem no ensino superior, como relacionar a presença de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação a um rendimento inferior da turma ou queda da qualidade do ensino. (FERRARI; SEKKEL, 2007).

1.3 O AUMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Há muitos anos a questão das diferenças entre os seres humanos é percebida pela humanidade, mas nem sempre as atitudes diante deste fato foram semelhantes. Em relação às pessoas deficientes, ao longo da história há registros de pensamentos bem antagônicos nas diferentes épocas ou civilizações: ora o deficiente é visto como um ser divino, ora sofre do abandono à crença de que deve ser extinto. Sendo assim, diante da ideia de que os deficientes existentes deveriam viver segregados, eles foram assistidos em instituições isoladas até meados do século XX. A princípio, mesmo estando recolhidos nestes espaços, não havia preocupação com a educação desses indivíduos, o que só surgiu após interesse inicial de médicos educadores. Mais tarde valorizaram a integração escolar dos deficientes com a pretensão de normalizá-los em todos os aspectos e

reabilitá-los para que esses se modificassem, auxiliando na aproximação com os demais. Já na última década do século começava um movimento em prol da educação inclusiva, com valorização da diversidade e orientação para que a escola se adaptasse para incluir a todos. (SILVA, 2009).

No Brasil, a partir do estabelecimento da Constituição Federal na década de 80, fica a questão da igualdade em evidência quando é afirmado que não poderia haver distinção entre as pessoas. O direito a educação também não deveria ficar restrito a um grupo específico, mas ser estendido a todos os brasileiros.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”... (Art. 205, BRASIL, 1988).

Antes da promulgação desse documento o Estado brasileiro não tinha o dever de garantir uma boa educação a todos, a educação pública tinha um caráter assistencialista e era voltada para a parcela da população que não tinha condições de financiar os estudos. (ZANIN, 2007).

Ainda no século passado, o Brasil participou de dois importantes momentos históricos e mostrou-se de acordo tanto com o que foi exposto no movimento de 1990, em Joimtien, na Tailândia, sendo um dos signatários da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, quanto na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, que aconteceu em Salamanca, na Espanha, em 1994, de onde originou-se a Declaração de Salamanca. Durante esses movimentos internacionais o país assumiu o compromisso de incentivar e propiciar uma educação inclusiva em todo seu território. Esses documentos sinalizam a necessidade de organização do sistema educacional e aplicação de programas que considerem as diferenças dos alunos. (ROCHA; MIRANDA, 2009).

Cabe ressaltar que através da Declaração de Salamanca foi adotado o termo Necessidades Educacionais Especiais. (BRASIL, 2006).

“... O termo ‘*necessidades educacionais especiais*’ refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.”... (UNESCO, 1994).

No século XXI, em 2007, houve a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em Nova York. O Brasil também a assinou, bem como seu Protocolo Facultativo e após dois anos houve a promulgação através do Decreto nº 6.949. (BRASIL, 2009). No referido documento são ressaltadas as barreiras que esse grupo enfrenta, podendo dificultar o direito de viver plenamente como todos, mesmo com as limitações inerentes à deficiência em si. (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011).

Após os marcos internacionais ocorridos na década de 90 foi promulgada a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil. A proposta criou o AEE para os educandos então denominados com necessidades especiais, de preferência em escolas regulares. (BRASIL, 1996). A inclusão desses alunos começa a ser vivenciada pelas instituições em todos os níveis de ensino. (ROCHA; MIRANDA, 2009). Em 2013, através da Lei nº 12.796 foram feitas alterações no referido documento, como a substituição do termo “educandos com necessidades especiais” por “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (BRASIL, 2013).

Dessa forma, legalmente amparados, alunos com tais características passaram a frequentar salas de aula comuns nas escolas brasileiras e conviver com os demais discentes, considerados normais dentro dos parâmetros estabelecidos pela sociedade. Nesse novo cenário educacional é crescente o número de alunos que se declaram com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e que estão alcançando o ensino superior no Brasil.

A análise dos recentes Censos do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostra a evolução destas matrículas: em 2011 foram efetuadas 23.250, em 2012 a quantidade elevou-se para 27.143, em 2013 foram registradas 29.034 e em 2014 o resultado apresentado foi 33.377. Sendo que a procura foi tanto por cursos de graduação presenciais como a distância, nas IES públicas e privadas do país. (BRASIL, 2011). (Figura 1).

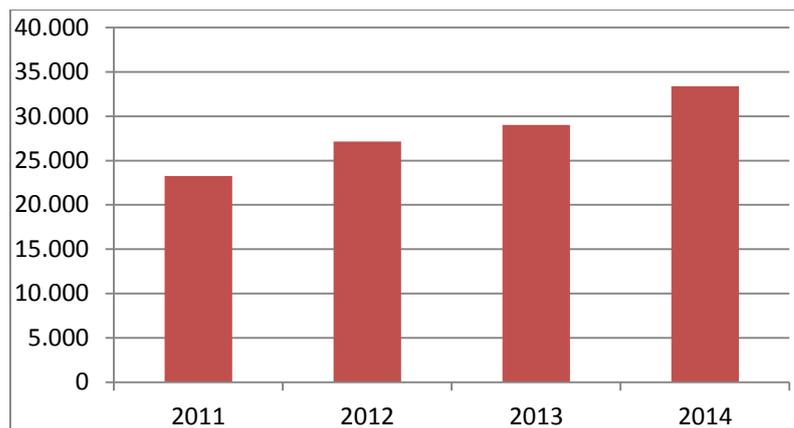


Figura 1: Aumento do número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino superior do Brasil, com dados coletados nos Censos do Ensino Superior de 2011, 2012, 2013 e 2014. (Fonte: BRASIL, 2011)

É possível constatar que o quantitativo passou de 23.250 matrículas em 2011 para 33.377 em 2014, registrando um crescimento real de 10.127 matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nos cursos de graduação do Brasil no período analisado. Sendo que em 2012 ocorreram 3.893 matrículas a mais que em 2011, enquanto que no ano de 2013 foram informadas somente 1.891 a mais que em 2012. A partir do ano de 2014 esta diferença novamente elevou-se, ocorrendo o registro de 4.343 matrículas a mais que em 2013.

Entretanto, há duas questões importantes que devem ser ressaltadas em relação a esse quantitativo apontado. Primeiramente, há a possibilidade de alunos público-alvo da educação especial que porventura tiveram acesso a esse nível de ensino sem declarar suas singularidades no processo seletivo ou no ato da matrícula e, portanto, não foram contabilizados, o que geralmente ocorre por muitos não terem consciência da própria situação, podendo ocorrer a identificação no decorrer do curso. Outro ponto relevante é que os alunos registrados no Censo do Ensino Superior não devem se tornar apenas números estatísticos de ingresso. Na verdade, em ambas as situações os alunos devem contar efetivamente com a acessibilidade disponível, bem como receber atenção por parte das instituições, dos docentes e de todos os envolvidos no processo educacional para que permaneçam e obtenham sucesso nas universidades. (FERRARI; SEKKEL, 2007) Como coloca Mantoan (2003), na busca da inclusão, barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação, que são

aspectos negativos no processo de ensino e aprendizagem, não podem permanecer no meio educacional.

Nas três últimas décadas, principalmente, os direitos das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação vêm sendo assegurado através de instrumentos legais, inclusive o direito à educação em todos os níveis (ALMEIDA, 2013). Em relação ao Ensino Superior, especialmente, atenção por parte dos governantes se faz necessária para que o índice de evasão destes indivíduos não seja agravante.

“Contudo, aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão dar conta da demanda para o setor, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores e recursos tecnológicos, além da assistência estudantil nas universidades públicas em especial, para que se possa garantir a permanência desses estudantes.”... (DIAZ, F. et al, 2009, p. 32).

Nesse sentido, destacam-se medidas previamente citadas, como o Programa Incluir, lançado pelo MEC, e também o “Documento Orientador” (BRASIL, 2013), para dar orientações sobre acessibilidades às IFES.

Algumas instituições públicas, não só as federais, vêm efetivando ações voltadas para inclusão no ensino superior, algumas estavam em andamento antes mesmo do Programa Incluir: em 1999, a Universidade de Brasília havia criado o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais; a Universidade de São Paulo (USP), em 2001, criou o Programa USP Legal; a UFF inaugurou a sede do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - Sensibiliza UFF (NAIS) em 2009; a UFSM, em 2007, tinha criado Núcleo de Acessibilidade; a Universidade Federal de Goiás criou o Núcleo de Acessibilidade em 2008; a Universidade Federal do Rio Grande do Norte formou a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais no ano de 2010 e neste mesmo ano a Universidade Federal do Amazonas instituiu a Comissão de Inclusão e Acessibilidade.

Portanto, o aumento do número de ingressantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nos cursos de graduação do Brasil ficou estatisticamente comprovado no começo desta década. Ficou registrada, também, uma importante movimentação em prol da educação inclusiva no ensino superior desde o século passado através das

ações de IES públicas, distribuídas pelo território brasileiro e não apenas em uma região específica. Inclusive, em 2011, dos 30.420 cursos graduação existentes no Brasil, 80,7%, ou seja, 24.560 ofereciam acessibilidade, principalmente os cursos tecnológicos. (BRASIL, 2013).

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Criar uma ação de divulgação do Setor de Apoio Educacional do Instituto de Saúde de Nova Friburgo, Campus de Nova Friburgo, da Universidade Federal Fluminense, no formato *site*, para divulgar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, desenvolvidas por técnicos-administrativos, docentes e alunos da IES, ações governamentais de âmbito federal, estadual e municipais para divulgação científica em diversidade e inclusão.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS

- Identificar ações voltadas para a Educação Inclusiva no Ensino Superior, bem como ações de Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos do município de Nova Friburgo.
- Organizar o ambiente virtual com os *links* de *Menu* a seguir: *Home*, *Histórico*, *Equipe*, *Projetos* (ISNF/ CNF / UFF - projetos de pesquisa, projetos de extensão e para o futuro artigos científicos de docentes e alunos da UFF), *Serviços* (federal, estadual e municipais), *Repercussões na Mídia*, *Legislação*, *Contato*, proporcionando à comunidade de Nova Friburgo e do entorno acesso à informações sobre Educação Inclusiva e oferta de serviços gratuitos.
- Avaliar a quantidade de acessos do *site* por meio estatístico, para fazer uma análise sobre o grau de interesse através do acesso aos *links*.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para realização deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, optando por publicações efetivadas entre 2000 e 2016, que abordassem a questão da inclusão escolar e, principalmente, da educação inclusiva no ensino superior.

A busca ocorreu no período de agosto de 2014 a junho de 2016 nos seguintes *sites*: Scientific Electronic Library Online (<http://www.scielo.org/php/index.php>); Biblioteca Virtual em Saúde – LILACS (<http://lilacs.bvsalud.org/>); Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>). Para realização desta pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: inclusão no ensino superior, pessoas com deficiência na universidade, necessidades educacionais especiais na universidade.

Também houve consulta nos *sites* de universidades do Brasil, bem como nos *sites* oficiais do governo brasileiro a fim de acessar legislações e dados estatísticos relevantes para a elaboração deste material.

3.2. ENTREVISTA

Para escrever sobre a história da DAI/CAS utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que se caracteriza pela aplicação de uma sequência de perguntas previamente elaboradas. (MANZINI, 2003). Após a confecção deste material (Apêndice nº 1, p. 77), contendo 12 perguntas relacionadas ao Sensibiliza, foram agendados os encontros com duas servidoras da UFF, em datas distintas, para efetivação das entrevistas, que foram gravadas. Com a análise das informações coletadas foi possível a escrita sobre a história do Sensibiliza – UFF.

As convidadas foram a Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa, que ainda faz parte do quadro de servidores docentes ativos da universidade e a técnica-administrativa, jornalista, Sra. Lucília Machado, do quadro de inativos da

UFF, porém ainda atuante na DAI/CAS. À Dra. Luiza Costa só foram aplicadas as 7 primeiras questões.

A escolha das entrevistadas levou em consideração o fato da Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa ter sido a primeira coordenadora do Sensibiliza, e da Sra. Lucília Machado ter, desde o início, uma participação ativa na criação deste relevante trabalho para a UFF, que gerou a atual Divisão de Acessibilidade e Inclusão da referida instituição.

Estas entrevistas foram realizadas com o apoio da Escola de Inclusão, laboratório vinculado ao Departamento de Biologia Celular e Molecular do Instituto de Biologia e o Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense.

3.3 ELABORAÇÃO DO PRODUTO

Este estudo foi realizado através da metodologia de Pesquisa-Ação, dividida em três etapas: Planejamento, Implementação e Avaliação (TRIPP, 2005). Esse método é realizado em diferentes áreas, inclusive na educação, onde é aceito como uma forma de desenvolvimento dos profissionais, pois através da pesquisa há indicação de ações com o objetivo de melhorar a prática. A Pesquisa-Ação é uma das diversas formas de Investigação-Ação e como tal apresenta um ciclo de pesquisa constituído pelas fases citadas acima. Sendo assim, inicia-se com um reconhecimento do contexto, das práticas correntes para identificar o que precisa aprimorar e então acontece a idealização de ações, de propostas que possam gerar mudanças expressivas na situação que previamente está constituída. Depois do planejamento ocorre a implementação destas ações que são organizadas e realizadas para que possibilitem as transformações esperadas, após um monitoramento dessas ações acontecem a análise e a avaliação do que foi elaborado e dos resultados obtidos.

Na etapa de planejamento foram selecionados os assuntos que constituíram o *site* e definidos os seguintes *links* do *Menu*: *Home*, *Histórico*, *Equipe*, *Projetos*, *Serviços*, *Repercussões na Mídia*, *Legislação* e *Contato*. Na etapa de implementação houve o apoio do Setor de informática – Desenvolvimento do ISNF/ CNF/ UFF. Como ação inicial foi feito contato com a

Superintendência de Tecnologia e Informação (STI) da UFF e solicitada a construção do *site* “Educação Inclusiva no Ensino Superior”, com o seguinte endereço: www.inclusaonf.uff.br. Entretanto, houve a informação de que este serviço estava temporariamente suspenso, conforme consta no link <http://www.sti.uff.br/servicos/sites-portais-e-hosting>.

Dessa forma, houve a hospedagem no *site* da unidade de Nova Friburgo, após autorização da direção. Sendo está a solução mais viável frente à medida da STI, visto que o *site* se trata de uma ação de divulgação do SAE do ISNF/ CNF/ UFF. Portanto, apenas o domínio original solicitado, www.inclusaonf.uff.br, foi autorizado pela STI e, então, aproveitado para redirecionar ao *site* da unidade.

Em seguida, um sistema de gerenciamento de conteúdo foi escolhido, considerando sua utilização de acordo com as políticas e estruturas internas da UFF. Assim, o sistema selecionado foi o *Joomla* por ser gratuito, oferecer mais opções de ferramentas e ser amplamente utilizado. Através do endereço <https://www.joomla.org> ocorreu a instalação do sistema e depois a escolha de um *layout*, dentre os disponíveis no *Joomla*. A opção foi pelo *layout* padrão do sistema de gerenciamento de conteúdo selecionado, devido à localização do *menu*, na posição lateral, o que facilita a navegação e também pelo fato de possibilitar a troca automática de imagens na página principal. Com o sistema instalado e *layout* definido houve a organização do conteúdo, que havia sido previamente pesquisado e selecionado na etapa do planejamento.

Para elaboração da página intitulada “Contato” foi necessário solicitar à STI, via contato telefônico, a criação de uma conta de *e-mail* institucional: inclusaonf@vm.uff.br.

O próximo passo foi o contato com outro servidor do INSN/ CNF/ UFF, técnico do Setor de Informática - Infraestrutura, para criação da logomarca do *site* “Educação Inclusiva no Ensino Superior”. A logomarca foi elaborada através do programa *Corel Draw* em sua versão X7, utilizando gráficos vetoriais.

A etapa final, da avaliação do *site*, ocorreu em dois momentos: houve a avaliação da satisfação dos visitantes e a avaliação dos acessos ao *site*. A primeira foi realizada através de uma pesquisa com o intuito de verificar a opinião dos usuários. Houve a produção de uma enquete, disponibilizada na página principal do *site*, composta por dois questionamentos que permitiram uma análise quantitativa e qualitativa dos dados. Para a produção desta enquete foi utilizada a

ferramenta *Google Forms*, que é gratuita e útil para a coleta e organização de informações. O *Google Forms* foi acessado através do *Google Drive*, que também é um serviço gratuito disponibilizado pela empresa *Google* e criado para armazenar arquivos. Esta ferramenta permitiu que as respostas fossem direcionadas para o *Google Drive* e automaticamente contabilizadas à medida que os visitantes participavam da pesquisa.

Depois a avaliação dos acessos ao *site* ocorreu através do *Google Analytics*, que é um serviço desenvolvido pela empresa *Google* e disponível na internet, sendo escolhido pelo fato de ser gratuito, eficaz e seguro. Também por possibilitar a análise quantitativa de dados importantes referentes ao acesso, como quantidade e origem dos acessos, porcentagem de novos visitantes e dos retornos. Após a criação de um conta de *e-mail* na empresa *Google*, através do *link* <https://accounts.google.com/b/0/AddMailService>, esse serviço foi instalado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. DIVISÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (SENSIBILIZA UFF)

A história do Sensibiliza – UFF pode ser escrita a partir de entrevistas realizadas com a Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa, que foi a primeira coordenadora do Sensibiliza, e a Sra. Lucília Maria Moreira Machado, que desde o início participou do trabalho desenvolvido pelo Sensibiliza.

O Sensibiliza – UFF começou com uma iniciativa da Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa, que cursou Medicina pela Faculdade de Medicina de Petrópolis e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 1984 integra o quadro docente da UFF, com lotação no Departamento de Saúde e Sociedade do Instituto de Saúde da Comunidade. A Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa também é autora do livro “Inclusão no curso médico: Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Deficiência”, publicado em 2015.

No ano de 2004, quando lecionava as disciplinas Saúde e Sociedade III e Saúde e Sociedade IV, passou também a integrar uma comissão no próprio Instituto que tinha como objetivo verificar as disciplinas que apresentavam conteúdos paralelos e repetitivos. Ao realizar essa tarefa ela teve a oportunidade de ter contato com a disciplina Trabalho de Campo Supervisionado I, coordenada ainda hoje pela Profa. Lilian Koifman. Essa disciplina era oferecida anualmente para os alunos do curso de Medicina, mais tarde passou a ser semestral. Os alunos ficavam divididos em grupos na presença de um docente, nomeado preceptor, responsável por direcionar as atividades desenvolvidas. É responsabilidade deste professor, também, escolher um tema para trabalhar de acordo com o eixo temático pré-estabelecido. Em 2015, o 1º período possuía os eixos: “Cultura e Álcool”, “Cultura e Droga” e “Cultura e Envelhecimento”.

Na ocasião a docente se propôs a atuar como preceptora de um dos grupos de alunos por perceber que se tratava de uma disciplina prática e interessante. Após assistir o Programa Especial, transmitido pela TVE, ela ficou

muito entusiasmada com a questão “Necessidades Especiais” e decidiu que esse seria o foco de seu trabalho com os discentes. Mesmo não tendo nenhum conhecimento sobre o assunto, ela começou a buscar informações e a construir a disciplina a partir do 2º semestre de 2004, trabalhando o tema “Atenção Integral à saúde da pessoa com deficiência pelos alunos de Medicina”. Ao iniciar o trabalho, os próprios alunos iam descobrindo e levavam informações sobre instituições que trabalhavam com as pessoas com necessidades especiais e a docente fazia o contato com os responsáveis destes estabelecimentos. Desta forma, Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa começou a ler e estudar sobre o tema e a criar os campos de estágio. Os primeiros contatos ocorreram com a Associação Fluminense de Reabilitação, a Associação Fluminense de Amparo aos Cegos e o Instituto Benjamin Constant (IBC).

Segundo Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa, a formação dos alunos de Medicina não contemplava o trabalho dessa temática e a UFF pode ser considerada pioneira, na criação deste trabalho no Brasil. Ao atuar na disciplina em 2015, além de trabalhar o tópico proposto, tratava também sobre os direitos dos pacientes com deficiência, tentando sensibilizar os demais docentes para que incluíssem o assunto em suas respectivas disciplinas para que não fosse abordado só no 1º período, mas no decorrer do curso, em momentos específicos. Infelizmente, como colocado por Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa, ainda hoje não há essa conscientização por parte de outros docentes e, portanto, não trabalham o assunto. Por exemplo, ela esclareceu que:

“O parto de uma pessoa com lesão medular deveria ser tratado na aula de obstetrícia e sobre infecção urinária, cujos sintomas se diferenciam de uma pessoa deficiente, que utiliza cadeira de rodas, para outra, deve ser abordado na aula de urologia.”... (COSTA, 2015).

Então, no ano seguinte, em 2005, buscando essa sensibilização docente, o Projeto de Extensão intitulado “Sensibilização dos Professores do Curso de Medicina da UFF para prevenção de incapacidades, inclusão social, atenção e abordagem da pessoa com deficiência” foi iniciado pela Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa. No mesmo ano, ela organizou uma mesa redonda para abordar o assunto durante o evento “Agenda Acadêmica”, que ocorre anualmente na UFF.

Os convidados foram o Dr. Geraldo Nogueira, advogado com deficiência física que atuava na área de pessoa com deficiência na Ordem dos Advogados do Brasil, uma aluna surda, que era do curso de Química da própria universidade, um professor de educação física do IBC e um profissional do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Núcleo de Orientação à Saúde do Surdo.

Após esse acontecimento ficou decidido sobre a criação de pôsteres para estimular a inclusão em diversas áreas, para serem afixados nos prédios onde funcionavam os cursos e, dentre as áreas que receberam o material, estão Educação Física, Artes e Turismo. Para realização dessa tarefa foi solicitada a colaboração da Profa. Rosa Maria Benevento Vilela, coordenadora do Laboratório de Livre Criação do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da UFF, que sugeriu a simplificação do nome do Projeto de Extensão, passando a ser identificado por “Sensibiliza”, o que acontece até os dias atuais.

Entretanto, mesmo com esse trabalho de sensibilização a Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa notava que muitos docentes ainda não estavam engajados. Então, na época, ela teve a iniciativa de pedir apoio junto a Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAC), buscando obter êxito com um movimento a partir da Reitoria. A ideia foi bem acolhida pela gestão da PROAC e a proposta foi considerada interessante, houve a sugestão da criação de um Grupo de Trabalho (GT), que também ficou conhecido como Sensibiliza. Foi sinalizada a existência de outros profissionais da UFF que também trabalhavam com a temática e que poderiam participar do grupo, como: arquitetas, da então Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio, que estavam acompanhando as obras em andamento na UFF, para que as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) fossem cumpridas de acordo com o Decreto nº 5.296 (Brasil, 2004), professoras da Faculdade de Educação e outros, que tinham projetos de extensão ou algumas ações isoladas. Dessa forma, essas pessoas foram chamadas para compor o GT e também alunos da instituição demonstraram interesse em participar do trabalho, sendo alguns bolsistas do projeto de extensão da Professora Luiza. A participação desses discentes foi muito importante, possibilitando esclarecer quais eram os problemas que os alunos deficientes, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de fato enfrentavam no cotidiano universitário.

Logo, a Sra. Lucília Maria Moreira Machado, que após concluir graduação em Jornalismo pela UFF, em 1981, tornou-se servidora técnico-administrativa na mesma instituição, em 1984, também passou a integrar este GT e dar suas importantes contribuições, estando até hoje envolvida com as ações do Sensibiliza. Ela tinha contato com a Profa. Rosa Benevento, que também participava do GT, e a procurou demonstrando seu interesse pela proposta, que surgiu após sua colega, Sra. Sandra Filgureira, bibliotecária da UFF, lhe contar sobre o trabalho iniciado pela Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa e sobre as atividades que eram realizadas pelo grupo durante o evento Acolhimento Estudantil. A Sra. Lucília Maria Moreira Machado se encantou com o trabalho da Profa. Luiza que, além do contato com as pessoas com deficiência, também levava os alunos a realizarem várias vivências, como: andar de cadeira-de-rodas nas calçadas, andar com os olhos vendados e auxílio de bengala e utilizar fone no ouvido para perceber a sensação da surdez.

Devido a um acidente automobilístico em 1999, aos 39 anos A Sra Lucília Maria Moreira Machado tornou-se tetraplégica, ficando com os membros inferiores e superiores comprometidos e necessitando do uso de cadeira de rodas, o que a levou a ver a vida de outra maneira. Na ocasião a Sra. Lucília Maria Moreira Machado se aposentou, o que a própria disse que considera não ter sido uma atitude positiva, mas aconteceu na época por falta de instrução. Ela colocou que o que a motivou a seguir em frente e ainda motiva muito é justamente o trabalho no Sensibiliza, de lidar e aprender com as pessoas com deficiência. Na opinião dela há diferença para uma pessoa que nasce com deficiência para aquela que se torna, assim como para a que se torna na adolescência ou a partir da maturidade, como foi seu o caso. Ela pontuou que muitas vezes ela mesma se mostra preconceituosa, pensando: “Fulana é surda, mas é inteligente!”, como se a deficiência impedisse a pessoa de ser inteligente, mas logo refaz seu ponto de vista. Ela também passa por situações preconceituosas, como o caso do porteiro do seu prédio que fez o seguinte questionamento: “_Vai passear, vai?”, como se o cadeirante não passeasse, não produzisse, não namorasse. Então, ela disse que acredita que está nesse caminho porque a luta é essa: quebrar paradigmas e acabar com preconceitos. Ela colocou que não deixou de ser jornalista, mas que agora é uma jornalista tocada pela questão da inclusão. E o que lhe motiva no Sensibiliza é mudar essa

situação, a visão das pessoas, ajudar a diminuir as barreiras, principalmente na UFF.

“Eu fui mordida pelo bichinho da inclusão! Algumas pessoas são tocadas pela inclusão porque têm um parente, um aluno ou um conhecido e eu sofri na própria pele. E eu fiz disso não um motivo, mas uma motivação pra continuar vivendo e pra ajudar, auxiliar e também pra fazer crescer essa coisa bonita que é a inclusão, a diversidade. Tem uma frase que não é minha, eu não sei o autor, mas é muito interessante e que diz “A inclusão é um caminho sem volta.” Você não tem como agora não incluir um aluno, não incluir o ser humano, a pessoa cega, surda.”... (MACHADO, 2015).

E assim, embora a intenção inicial da Profa. Luiza fosse exatamente a sensibilização dos docentes, o trabalho foi se ampliando a partir do GT, em 2006. E mesmo após mudanças na universidade, quando o Prof. Sidney Luiz de Matos Mello, hoje Reitor da UFF, assumiu a gestão da PROAC, ainda em 2006, houve continuidade das ações, pois o então Pró-Reitor também deu credibilidade ao trabalho que estava sendo desenvolvido. O GT era coordenado pela Profa. Luiza Costa e vice-coordenado pela Profa. Cristina Delou. Não só as coordenadoras, mas todos que atuaram no GT colaboraram para impulsionar a inclusão na UFF e proporcionar as mudanças e conquistas relacionadas à acessibilidade e que perduram na instituição.

As primeiras reuniões do GT aconteciam na PROAC, sendo conduzidas pela Profa. Luiza, sob a coordenação do Prof. Sérgio José Xavier de Mendonça, atual Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, e sob a direção do Pró-Reitor Prof. Sidney Mello. Logo, o Prof. Sidney cedeu um espaço no campus do Gragoatá para os encontros e atividades do GT, que seria a garagem dos carros do Núcleo de Documentação (NDC) e ficava nos fundos da Biblioteca Central do Gragoatá.

No ano de 2007, em uma reunião do GT na Reitoria, com a participação do Coordenador de Planejamento da Pró-Reitoria de Planejamento, Prof. Heitor Moura e o então Reitor da UFF, Prof. Roberto Salles, ficou registrado o comprometimento da Reitoria com as propostas do Sensibiliza - UFF, pois o Reitor entendeu que se tratava de uma política institucional e não de questões isoladas. (UFF, 2015).

No início todos que estavam envolvidos no GT eram voluntários e estes se dividiam em equipes, por exemplo, tinha o grupo de acessibilidade arquitetônica, com o pessoal da arquitetura, o grupo de divulgação e comunicação, com a Sra.

Lucília, Profa. Rosa e outros ligados à comunicação. Então, muitas ideias foram sendo acrescentadas no GT. A Profa. Cristina Delou, por exemplo, colocou a questão dos alunos superdotados, com dislexia e autismo, assim o trabalho foi se ampliando.

Em 2008, foi publicado o primeiro volume dos Cadernos de Acessibilidade, onde constam os nomes de todos que integravam o GT na ocasião.

“Docentes: Dra. Luiza Santos Moreira da Costa (Instituto de Saúde da Comunidade), Dra. Cristina Maria Carvalho Delou (Faculdade de Educação), Dra. Rosa Maria Benevento Vilela e Dra. Elianne Ivo Barroso (IACS), Dra. Susana Alicia Planas, (Instituto de Física), Dr. Marcello de Barros Tomé Machado e Dr. Frederico Cascardo Alexandre e Silva (Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo), Dr. Sérgio José Xavier de Mendonça (Faculdade de Matemática), Dra. Mara Telles Salles (Escola de Engenharia), Ms. Maudeth Py Braga (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia), Ms Leda Regina Barros Silva (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional) e a Bacharel em Comunicação Social, Professora Marcela de Souza Amaral (IACS). Técnico-administrativos: Elisabete Aiko Hagiwara da Silva e Vera Lucia Motta (Superintendência de Administração –Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio), Teresa De Luca (Superintendência de Recursos Humanos/ Departamento de Assuntos Comunitários), Vera Lucia Lavrado Cajazeiras (Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação/ Coordenadoria de Administração Financeira), Maria Léa Monteiro de Aguiar (Núcleo de Comunicação Social), Lucília Maria Machado Ehlermann e Solane Leonor Carvalho de Lima (Serviço de Inativos e Pensionistas). Discentes: Rachel Maria Campos Menezes de Moraes (Letras - Português/Inglês), Vanessa Rodrigues Ildefonso (Química Industrial), Raphaela Costa Cabreira (Enfermagem), Thiago Correa Lacerda (Física), Emily Pereira Marques (Serviço Social), Renan Prestes Muros Genésio.”. (UFF, 2008, p. 92-95).

Em 2007 o Sensibiliza - UFF começou a participar do Acolhimento Estudantil, que acontece no início de cada semestre, onde também as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação foram sendo identificadas. Dessa forma, a questão das necessidades trazidas pelos alunos sobressaiu à ideia original que era de sensibilização dos professores. Na ocasião, os alunos da graduação da UFF, Thiago, Raquel e também Vanessa, apontaram questões importantes sobre o vestibular, processo seletivo de alunos utilizado na época. Até então, os candidatos deficientes realizavam as provas no Hospital

Universitário Antônio Pedro, como precaução caso passassem mal. Os cegos tinham que se deslocar até o IBC para também realizar a seleção.

Sendo assim, o GT buscou o diálogo junto à Coordenação de Seleção Acadêmica da UFF e alcançou importantes modificações quanto ao vestibular. As primeiras conquistas relevantes foram: alocação da pessoa com deficiência em unidade com acessibilidade mais próxima de sua residência; ampliação do horário de realização das provas; intérprete para os alunos surdos durante todo o processo; oferta de material adequado para os cegos (reglete e punção) e permissão do uso de soroban; leitor para indivíduos com Transtorno do Déficit de Atenção, Dislexia, com baixa visão e para os cegos.

Com relação aos leitores, especialmente, foi notado que o fato de muitos não possuírem formação adequada relacionada às disciplinas curriculares apresentadas nas provas de vestibular, dificultava o trabalho de leitura das mesmas. Assim, o GT passou a identificar e indicar leitores que fossem estudantes de medicina ou docentes da UFF, visando equalizar a capacidade de leitura e compreensão dos conteúdos avaliados. Outra importante mudança foi quanto ao estilo das questões da prova. Normalmente os enunciados eram enormes e as opções de respostas também imensas, o que confundia os candidatos cegos e surdos, por exemplo. Então, o GT fez contato com a professora responsável pela comissão que elaborava as provas e esta fez um trabalho de sensibilização dos professores que elaboravam as questões. O resultado alcançado foi favorável e houve certo índice de redução do tamanho das questões. A comissão também teve maior atenção quanto aos textos que descreviam as figuras contidas nas provas, que eram elaborados para que todos os leitores pudessem ler da mesma forma.

Então, o GT Sensibiliza – UFF, buscando fortalecer e ampliar suas ações participou da seleção do programa criado pelo MEC em 2005, o Programa Incluir. Em 2007 conseguiu sua primeira verba referente ao programa implantado, sendo disponibilizado o valor de R\$ 94.000,00 para a criação do Núcleo de Acessibilidade da instituição (BRASIL, 2007).

Nessa ocasião também, na expectativa de que um número ilimitado de pessoas pudesse ter acesso aos projetos da Instituição, voltados para indivíduos com deficiências, autismo, dislexia, superdotação, entre outras, foi desenvolvido e

implantado o *site* do Sensibiliza UFF, com o intuito de promover a divulgação dessas ações. (UFF, 2007).

Em 2008 houve a aprovação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Sensibiliza UFF (NEPES), no dia 01 de outubro, sob Decisão Nº 826 do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP) da UFF. (UFF, 2008). O regimento interno do núcleo também foi aceito pelo CEP da UFF, através da Resolução Nº 341. (UFF, 2008).

Ao concorrer novamente, em 2008, a UFF recebeu outra verba oriunda do Programa Incluir, no valor de R\$118.104,00, para dar continuidade às ações do Sensibiliza, como segue:

“O projeto também vai contemplar a aquisição de equipamentos e materiais específicos para acessibilidade, adaptações arquitetônicas (rampas, piso tátil, sinalizadores, alargamento de portas, etc.); produção e edição dos Cadernos de Acessibilidade 3 e 4; organização de oficinas de vivências e na realização de um Seminário sobre Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior, com a participação de pró-reitores de diversas instituições federais de ensino superior (Ifes).”... (UFF, 2008)

No ano seguinte, o NEPES foi denominado Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza / UFF (NAIS). (UFF, 2009). Logo depois, no dia 10 de junho de 2009, a sede do NAIS foi inaugurada no NDC, localizado no campus do Gragoatá. Houve a participação do Prof. Dr Roberto Salles e do Prof. Dr Sidney Melo, respectivamente Reitor e Vice-Reitor da UFF na época. O Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Dr. Antônio Claudio Lucas da Nóbrega, bem como docentes, alunos e membros de outras instituições também estiveram presentes ao evento. Como parte da programação a Profa. Dra. Susana Planas organizou apresentação do Grupo Oficina do Som e uma atividade denominada Café no Escuro, no espaço da Biblioteca Central. (UFF, 2015).

Devido às fortes chuvas ocorridas na cidade em 2010, a sala onde funcionava o NAIS sofreu avarias e precisou ser desocupada. Enquanto núcleo, o Sensibiliza UFF continuou sob a coordenação da Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa e a vice-coordenação era exercida pela Profa. Dra. Cristina Maria Carvalho Delou. (UFF, 2008). Depois, em 2012, a coordenação geral do NAIS ficou ao encargo da Sra. Lucília Maria Moreira Machado e a subcoordenação da Sra. Vera Cristina Soares Lopes. (UFF, 2012).

Posteriormente, em 2013, o NAIS se transformou em uma divisão vinculada à Coordenação de Apoio Social da PROAES, sendo identificada como

Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF) – DAI/CAS. (UFF, 2015). Nesse mesmo ano a Sra. Vera Cristina Soares Lopes foi designada chefe da DAI/CAS. (UFF, 2014).

Assim, a história do Sensibiliza - UFF, que se iniciou com GT em 2006, é apresentada na linha do tempo a seguir: (Figura 2).

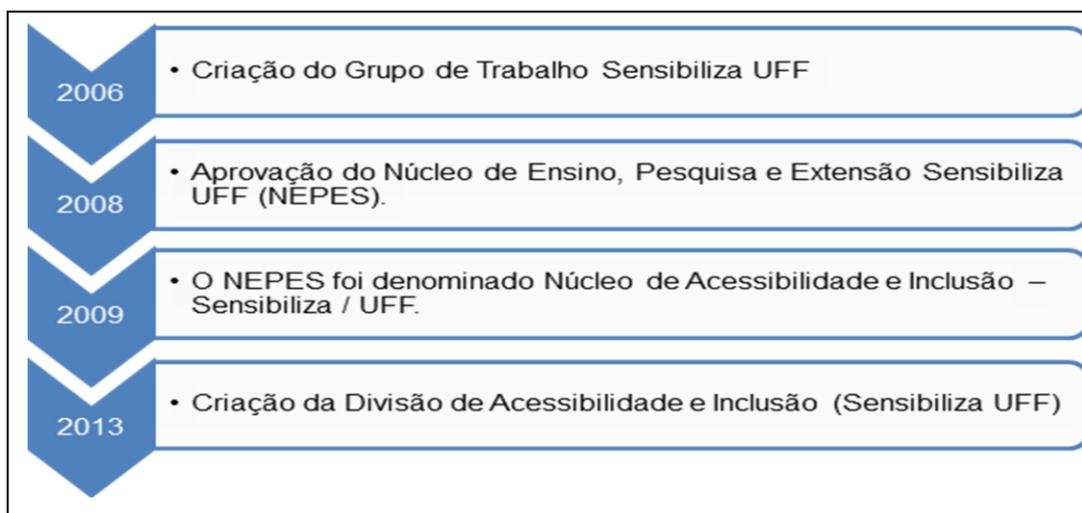


Figura 2: Linha do tempo sobre a história do Sensibiliza UFF.

Em 2014 a DAI/CAS passou a funcionar provisoriamente na antiga Casa do Estudante Fluminense, em Niterói, situada entre os campi do Valonguinho e do Gragoatá. (UFF, 2015)

No ano seguinte, a psicóloga Sra. Paula Liliane dos Santos Godois assumiu a coordenação da DAI/CAS, ficando a subcoordenação a cargo da jornalista Sra. Lucília Maria Moreira Machado. (UFF, 2015). A grande expectativa da equipe do Sensibiliza era ganhar uma sede própria. Como afirmou, em 2015, a subcoordenadora Sra. Lucília Machado: “Graças ao nosso trabalho, ao apoio e confiança da alta gestão, vamos ganhar uma sala no Campus do Gragoatá, no bloco A, térreo.” De fato, no dia 14 de Junho de 2016, a DAI/CAS foi instalada no Bloco A, térreo, no campus do Gragoatá, o mais acessível da Instituição.

No início, enquanto GT ainda, o Sensibiliza estava diretamente ligado à PROAC. Mais tarde, em 2010, quando o NAIS havia sido criado, houve uma reestruturação administrativa na universidade e a PROAC foi desmembrada, surgindo a PROAES. Assim o NAIS passou a fazer parte da PROAES, que se encontra sob a gestão do Prof. Dr. Sérgio José Xavier de Mendonça ainda hoje. Segundo a Sra. Lucília Machado, não há uma homogeneidade em relação à

localização dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades, ou seja, a que setor os núcleos estão atrelados. Em relação a DAI/CAS, a Sra. Lucília Machado pontuou o seguinte:

“Onde o programa deveria ficar na verdade? Por exemplo, ele é uma ação afirmativa? É. É Assistência Estudantil? É. Ele é Extensão? É. Ele é multidisciplinar! O Sensibiliza hoje é uma Divisão de Acessibilidade da PROAES. Mas por que está na PROAES? Porque foi a PROAES, a assistência estudantil, que trouxe, que acolheu o Núcleo.”... (MACHADO, 2015).

Embora a proposta inicial fosse trabalhar com os professores, mais tarde abrangeu alunos e funcionários. Entretanto, Sra. Lucília Machado ressaltou que o trabalho hoje é mais voltado para assistir o discente que possui deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, mas atende também os servidores da UFF, técnicos e docentes que se enquadrem na mesma situação destes alunos.

Ainda de acordo com a Sra. Lucília Machado, a quantidade tanto de alunos como de servidores, técnicos e docentes com estas características é crescente nos últimos dez anos. Ela apontou que quando iniciaram os trabalhos do GT apenas seis alunos eram atendidos, atualmente são mais de 100. O número de técnicos identificados também era pequeno, mas com a recente política de reserva de cotas nos concursos públicos, contam mais de 35 em toda universidade atualmente. Também há 39 professores que se enquadram neste grupo. A subcoordenadora do DAI/CAS pontuou que muitos técnicos e docentes, principalmente os docentes, não precisam tanto de um equipamento, um monitor, mas eles têm que ser contabilizados, pois necessitam de outros tipos de acessibilidade.

Ao longo desses nove anos, alguns membros se desligaram do Sensibiliza, ao mesmo tempo em que novas pessoas passaram a integrar o grupo. No princípio as pessoas trabalhavam em outros setores e eram voluntárias no grupo, atualmente há servidores na DAI/CAS e há expectativa de chegada de novos técnicos para assumirem funções que, hoje, são exercidas por bolsistas ou professores. Os bolsistas continuarão atuando como monitores e ledores, por exemplo. A lotação de servidores no Sensibiliza foi um dos principais avanços com a criação da DAI/CAS. Em 2015, a DAI/CAS estava organizada em setores,

composta por servidores e discentes como mostra o quadro abaixo. Os alunos eram vinculados a projetos de docentes. (Quadro 1).

Quadro 1: Organização da DAI/CAS

SETORES	COMPOSIÇÃO
Setor de acompanhamento dos alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação	01 assistente social
Setor de tradução e intérpretes de LIBRAS	07 intérpretes de LIBRAS
Setor de eliminação de barreiras arquitetônicas	01 professor do curso de arquitetura
Setor de tecnologia assistiva	Alunos de física
Setor de confecção de material didático	Alunos de pedagogia

De acordo com Lucília a gestão da UFF sempre acreditou e apoiou a ideia do Sensibiliza, tanto o Prof. Dr. Roberto Sales, ex-Reitor da UFF, quanto o Prof. Dr. Sidney Mello, que foi Pró- Reitor da PROAC quando o Sensibiliza ainda era GT e hoje ocupa o cargo de Reitor da universidade. Ela enfatizou que em 2009, por exemplo, o NAIS conseguiu de fato sensibilizar o Prof. Dr. Roberto Salles para a importância desse trabalho quando o colocaram em uma cadeira de rodas e o levaram para passear pelo campus do Gragoatá. Ele ficou tão chocado com aquela situação, com a dificuldade de um cadeirante se locomover naquele espaço, que resolveu fazer o caminho acessível do campus, entre 2010 e 2011. Ela disse que acredita também que a UFF passou a valorizar mais o Sensibiliza a partir do momento que o trabalho teve maior visibilidade e poder fora dos muros da instituição, junto ao MEC, aos outros colegas, às outras universidades.

Entretanto, embora a Sra. Lucília Machado, que acompanha a história do Sensibiliza desde o começo, tenha exposto que muitas conquistas já foram alcançadas até hoje, ela ressaltou que no caminho sempre se encontra percalços e que mudanças ainda são imprescindíveis. Para ela a falta de sensibilização de alguns gestores e de professores, que atuam efetivamente em sala de aula, é um ponto negativo e acredita que ainda é necessário sensibilizar mais toda a comunidade interna.

“A receptividade foi muito boa, mas ainda deixa muito a desejar, mesmo 10 anos depois. No sentido de que muitas pessoas, professores notadamente, ainda não foram sensibilizados com a causa da inclusão. E ainda acham que eles estão fazendo um favor para o aluno ao dar mais tempo de prova ou deixar que o aluno tenha um bolsista. Sempre houve uma resistência, então o nome Sensibiliza acho que ele reflete exatamente isso.”... (MACHADO, 2015).

Porém, mais do que sensibilização deve haver oferta de capacitação para o professor, porque muitos não sabem identificar se um aluno é disléxico ou se tem déficit de atenção, o rotulando de incapaz e desatento, afirmou a Sra. Lucília Machado. Ela disse ser um “trabalho de formiguinha”, realizado cotidianamente na universidade, pois já ouviu muitos comentários do tipo “Ai, lá vem a Lucília querendo colocar esses alunos aleijados aqui dentro!”, mas ela sempre insistiu por acreditar que essa visão tem que mudar e ao longo desses anos tem se configurado uma vitória.

Portanto, a história do Sensibiliza - UFF mostra que a instituição há muito tempo está engajada na promoção de uma educação inclusiva, apoiando não só o ingresso do público-alvo da educação especial na universidade, como também favorecendo a permanência e o sucesso destes alunos. Ações registradas pelo Sensibiliza - UFF mesmo antes de se tornar núcleo e, mais tarde, a DAI/CAS, mostram-se medidas relevantes para processo de inclusão no ensino superior, assim como sinalizam os autores Ferrari e Sekkel (2007), Bisol e Valentini (2012) e Mantoan (2003). O Programa Incluir também veio contribuir e fortalecer o trabalho de inclusão que já ocorria na UFF, principalmente por disponibilizar recursos financeiros.

4.2 O SITE “EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR”

O *site* denominado Educação Inclusiva no Ensino Superior configurou-se o produto final deste trabalho. Um *site* institucional, com domínio da UFF, apresentando o seguinte endereço de acesso, criado junto à Superintendência de Tecnologia da Informação desta instituição: www.inclusaonf.uff.br.

Desse modo, a proposta visou promover não só a inclusão no ISNF/ CNF/ UFF, mas de forma ampla, visto ser um produto que oportuniza um campo de abrangência ilimitado. O favorecimento da democratização de informações sobre

o tema, bem como de ações que são realizadas pela universidade e demais setores, impactando especialmente a comunidade de Nova Friburgo e seu entorno, tornou-se viável através do *site* “Educação Inclusiva no Ensino Superior” por se tratar de um produto estritamente relacionado à internet.

Como colocado por Lordêlo e Porto (2011), nos últimos anos a internet é o meio de comunicação que mais se desenvolveu, propiciando simultaneamente a interatividade e o alcance de um número infinito de indivíduos. Hoje a internet é indispensável para a maioria da população mundial, pois equipamentos conectados formam uma rede e permitem a comunicação e a troca de informações instantaneamente, independente da distância geográfica. As autoras ainda apontam a internet como um importante mecanismo favorável à divulgação científica. Também Lévy (2015) coloca sobre o avanço da internet e dos pontos positivos inerentes a este meio de comunicação.

“Internet não é apenas um grande caótico banco de dados em frente ao qual você se sente isolado e indefeso, mas também um canal de comunicação de muitos para muitos, um meio social onde as pessoas podem ajudar umas as outras a encontrar e analisar as informações a fim de aumentar seus conhecimentos.”... (LÉVY, 2015).

Portanto, sob esta ótica, foi elaborado o *site* Educação Inclusiva no Ensino Superior, por representar uma opção eficaz de apoio à inclusão no meio educacional. A efetivação de ações como esta demonstra o empenho para a promoção da educação inclusiva em nosso país, em cumprimento ao compromisso firmado internacionalmente por autoridades brasileiras, exposto por autores como: Díaz, F. et al., 2009; Ferrari; Sekkel, 2007; Kassar, 2011. O acordo feito entre o Brasil e outras nações encontra-se registrado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e, recentemente, reafirmado na Declaração de Icheon (UNESCO, 2015), tornando o tema educação inclusiva relevante nos debates da sociedade brasileira desde o milênio passado.

Na estrutura principal do *site* optou-se pela colocação das logomarcas relacionadas ao produto, de um demonstrativo sobre as visitas ao *site* e do *menu*, apresentando os *links* das oito páginas que formam o *site*. Durante a navegação estes itens permanecem visíveis em todas as páginas criadas.

4.2.1 As Logomarcas

As logomarcas selecionadas para compor o *site* foram: da UFF, visto que este produto é um serviço voltado para tal instituição, do ISNF/ CNF/ UFF, que abriga o SAE, setor responsável por essa ação de divulgação, e um símbolo criado exclusivamente para o *site*. Assim foram posicionadas as logomarcas: nas laterais da parte superior do *site* foram colocadas as da UFF e do ISNF/CNF/UFF, na parte central ficou a logomarca do *site*. (Figura 3).



Figura 3: Logomarcas que fazem parte da estrutura principal do *site*.

O técnico Adriano de Freitas da Silva, do Setor de Informática - Infraestrutura do ISNF/ CNF/ UFF criou a logomarca exclusiva do *site* de acordo com a solicitação feita pela servidora Aline Chermont Warol Teixeira, responsável pela elaboração do *site*. Foi solicitado um símbolo na cor azul para manter a identidade visual da universidade, que utiliza tal cor em sua logomarca, onde constasse o nome do *site*, Educação Inclusiva no Ensino Superior, e o nome da UFF, que mostrasse a universidade como um espaço para todos, onde ingressam também indivíduos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Assim, a composição da logomarca do *site* englobou, propositalmente, figuras representando pessoas com diferentes características, dispostas lado a lado e de mãos dadas. Este é o novo retrato das IFES no Brasil diante do forte movimento pela educação inclusiva em todos os níveis. (ROCHA e MIRANDA, 2009; BISOL E VALENTINI, 2012; CASTRO E ALMEIDA, 2014). Como foi apontado na Figura 1 (p. 12), o número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial no Ensino Superior é crescente nos últimos anos (BRASIL, 2014), caracterizando-se um avanço, visto que há cerca de duas décadas muitos

ainda se encontravam à margem do sistema escolar. Em 2014, o INEP emite a seguinte afirmação:

“As matrículas de portadores de deficiência aumentaram quase 50% nos últimos quatro anos, sendo a maioria em cursos de graduação presenciais. Em 2013 eram quase 30 mil alunos, enquanto em 2010 eram pouco mais de 19 mil.” (BRASIL, 2014).

Também foi utilizada a imagem do capelo por ser uma marca que remete ao ensino superior, mas especificamente à conclusão desta etapa, para mostrar que estas pessoas eram integrantes da universidade. A qual foi propositalmente exposta de forma que causasse um efeito de duplicidade, significando tanto um capelo quanto o prédio de faculdade.

Desta forma, utilizando uma liberdade gráfica, as imagens que configuraram os universitários foram inseridas no desenho do capelo, tornando a figura deste objeto a representação da instituição que os acolhe também. A cor selecionada foi o tom de azul utilizado na logomarca da UFF, visto se tratar de um trabalho relacionado à própria instituição. Ainda na parte inferior do símbolo houve a identificação da IES.

4.2.2 Demonstrativo de Visitas

Na lateral esquerda foi criado um demonstrativo de visitas para expor o número de visitantes que passavam pelo *site* e era visível a todos que estavam conectados. Esta estratégia possibilitou às pessoas que navegaram pelo *site* a verificação da quantidade de sessões no dia do acesso, na véspera, na semana e no mês corrente, bem como a totalização. Através deste demonstrativo também foi possível cada visitante visualizar a quantidade de pessoas que estavam conectadas ao mesmo tempo. (Figura 4).

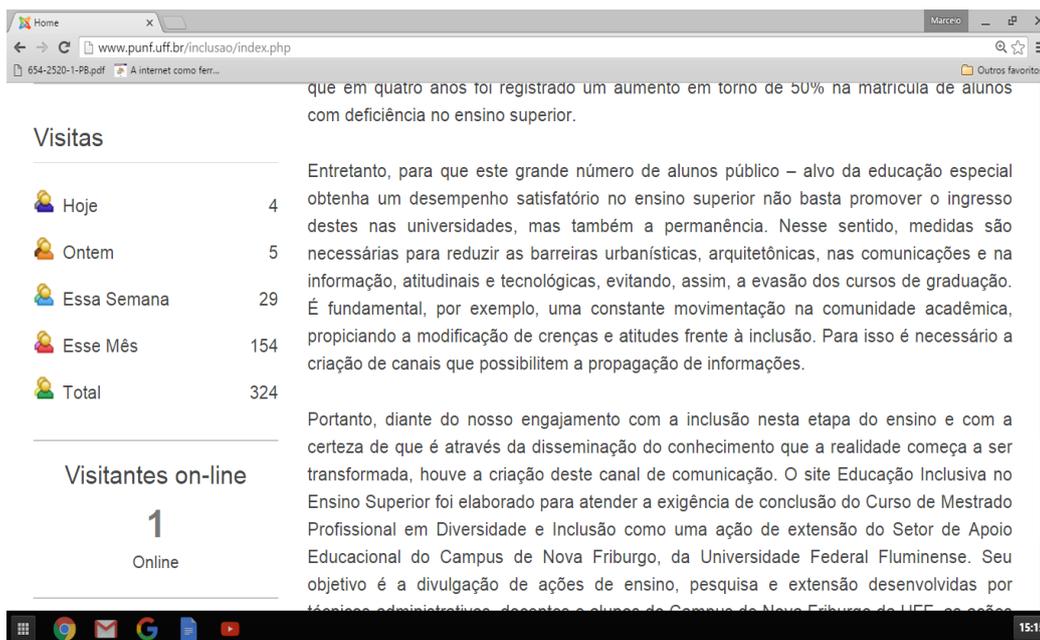


Figura 4: Demonstrativo de visitas localizado na estrutura principal do *site*.

Os dados obtidos através dessa ferramenta eram atualizados diariamente, de forma automática, o que permitiu uma análise constante da quantidade de visitas ao *site*. Como coloca Cortimiglia (2004), como essas informações possibilitam uma verificação contínua da quantidade de visitantes, torna-se útil por permitir avaliar a necessidade de criação de mecanismos de divulgação.

4.2.3 Menu

Para a construção do *site* além selecionar o conteúdo para compor cada página do produto, foi preciso considerar que a organização das páginas era algo imprescindível. Como aponta Vicentini e Mileck (2000), embora todas as informações apresentadas num *site* sejam relevantes é preciso optar por uma ordem hierárquica.

A fim de demonstrar a ordenação das páginas do *site* foi elaborado o *Menu*, uma espécie de “mapa do *site*”, um guia para que o visitante pudesse se localizar e ser direcionado à página de interesse. (PARIZOTTO, 1997; LINS; MARIN, 2012).

O conteúdo disponibilizado no *site* foi distribuído em oito páginas, cujos *links* foram organizados no *Menu*, na seguinte ordem: *Home*, Histórico, Equipe, Projetos, Serviços, Repercussões na Mídia, Legislação e Contato. Os visitantes

eram direcionados para as páginas desejadas ao clicarem nos respectivos *links*. (Figura 5).

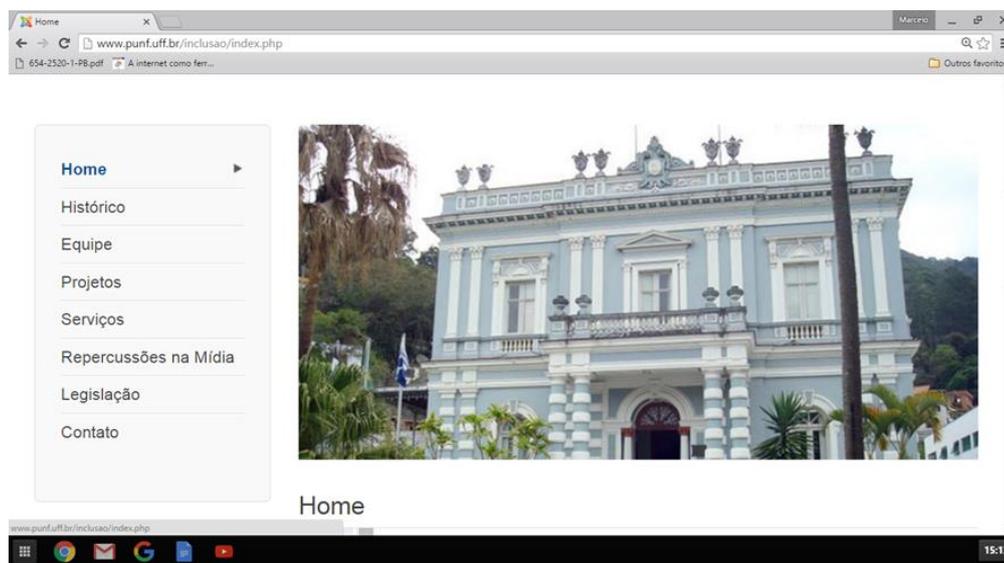


Figura 5: *Menu* localizado na estrutura principal do *site*.

4.3 PÁGINAS DO SITE

4.3.1 Home

Na página principal, identificada por “HOME”, foram colocadas imagens da sede administrativa e dos espaços acessíveis do ISNF / CNF/ UFF, bem como de locais públicos e meios de transporte coletivos que apresentam acessibilidade na cidade de Nova Friburgo. Também foi criado um texto para compor esta página, justificando a criação deste produto, apontando ainda o objetivo da proposta e o que se esperava alcançar com tal iniciativa. A pesquisa realizada por Vicentini e Mileck (2000) mostrou a importância deste ponto, deste texto de apresentação, que deve fazer parte da arquitetura do site. Além disso, uma enquete foi disponibilizada nesse espaço para que os visitantes opinassem sobre o conteúdo do *site*.

As imagens da sede administrativa e dos espaços acessíveis do ISNF / CNF/ UFF, bem como de locais públicos e meios de transporte coletivos que apresentam acessibilidade na cidade de Nova Friburgo foram expostas no início da página, sendo alternadas automaticamente através de um mecanismo de rolagem. Ao todo foram selecionadas seis imagens do ISNF/ CNF/ UFF, incluindo

uma foto da sede administrativa, por representar um símbolo de referência do instituto apesar de não apresentar acessibilidade. Quanto aos espaços acessíveis, apenas cinco foram encontrados no campus atualmente: uma rampa de acesso a laboratórios do curso de Odontologia; uma vaga do estacionamento reservada para pessoas com deficiência, ao lado da sede administrativa; uma rampa de acesso à Clínica de Fonoaudiologia; um banheiro adaptado na mesma clínica; a entrada dos laboratórios específicos do curso de Biomedicina, que foram construídos recentemente com rampas e portas largas, de acordo com as normas de acessibilidade da ABNT. (Figura 6).



Figura 6: Fotos da sede administrativa e dos espaços acessíveis do ISNF/ CNF/ UFF: A- Entrada principal da sede administrativa do ISNF/ CNF/ UFF; B- Rampa de acesso a laboratórios do curso de Odontologia ISNF/ CNF/ UFF; C- Vaga no estacionamento do ISNF/ CNF/ UFF reservada para uso das pessoas com deficiência; D- Rampa de acesso à Clínica de Fonoaudiologia do ISNF/ CNF/ UFF; E- Banheiro adaptado da Clínica de Fonoaudiologia do ISNF/ CNF/ UFF; F- Entrada dos laboratórios do curso de Biomedicina do ISNF/ CNF/ UFF.

Também não foi uma tarefa fácil a busca por locais públicos acessíveis na cidade, visto que ainda são poucos. Ao realizar essa pesquisa no centro da

cidade de Nova Friburgo foram encontradas somente agências bancárias, rampas nos meios-fios das calçadas e piso tátil em apenas duas. Numa obra pública em andamento também foi encontrado piso tátil, sendo uma extensa calçada ao longo da via principal do distrito de Conselheiro Paulino, onde há uma grande circulação de pessoas. Quanto aos meios de transporte coletivos, vale ressaltar que na cidade só são utilizados ônibus, com exceção do transporte escolar que também é feito por vans. A única empresa de ônibus da cidade já colocou em circulação vários veículos adaptados para as pessoas com deficiência. (Figura 7).

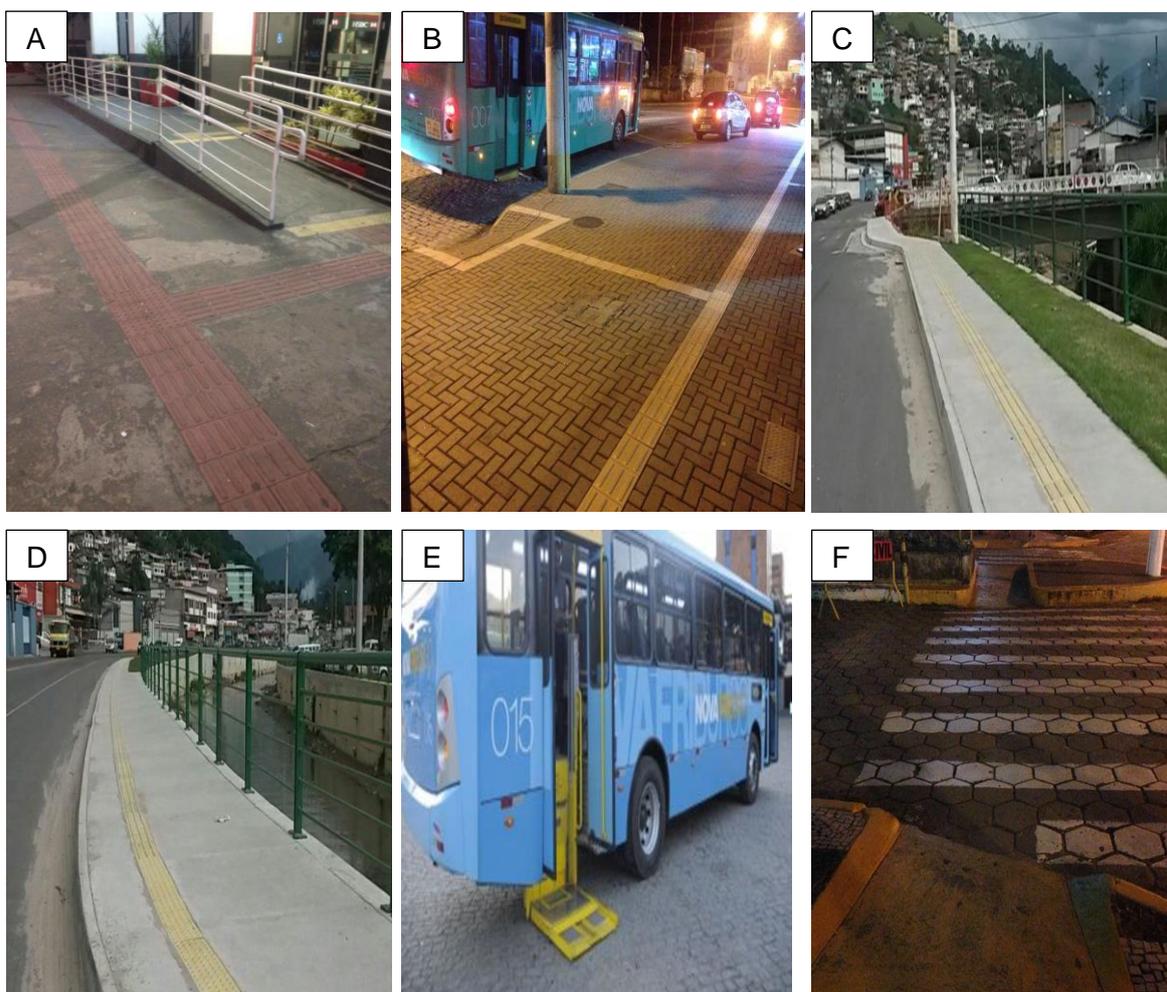


Figura 7: Fotos de locais públicos acessíveis na cidade de Nova Friburgo: A- Calçada acessível no centro da cidade com piso tátil e rampas de acesso ao estabelecimento comercial; B- Calçada no Centro com piso tátil; C- Calçada ao longo da via principal do distrito de Conselheiro Paulino; D- Calçada ao longo da via principal do distrito de Conselheiro Paulino; E- Ônibus adaptado para deficientes físicos; F- Rampas nos meios-fios em calçadas no centro da cidade.

Então, a pesquisa realizada mostrou que embora seja obrigatória a acessibilidade em todos os espaços e prédios públicos ou de uso coletivo, bem

como nos meios de transporte coletivos, como determina o Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), ainda não é uma realidade. No próprio ISNF/ CNF/ UFF ainda não há a acessibilidade almejada, entretanto há planejamento de reformas, bem como novas construções que atenderão as normas de acessibilidade determinadas pela ABNT e à legislação em vigor.

“Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.”... (Art. 24, BRASIL, 2004)

Em 2012, por exemplo, foi apresentado à comunidade interna o Plano Diretor elaborado para o campus, com a proposta de construção de um novo prédio com salas de aula e demais espaços acessíveis. Já no ano de 2015, após solicitação da direção do ISNF/ CNF/ UFF, houve visita técnica de profissionais da atual Superintendência de Arquitetura e Engenharia para que pudessem propor alternativas para adaptação do prédio de dois andares onde funcionam a clínica odontológica (1º pavimento) e a maioria das salas de aula (2º pavimento), tornando-o acessível, até mesmo com a colocação de um elevador. Como consta no processo número 23069.023070/2015-31, foram encontrados alguns pontos que precisam ser modificados em atendimento às normas de acessibilidade da ABNT: largura do corredor de acesso às salas e também a largura das portas, os tablados existentes nas salas de aula e diferenças no nível do piso. Inclusive foi sinalizada a necessidade de se criar um corredor que permita o livre acesso a todos os espaços do 2º andar. Entretanto, ainda está em análise a viabilidade da efetivação destas alterações.

A pesquisa mostrou que embora já houvesse preocupação com a questão da acessibilidade no ISNF/ CNF/ UFF, bem como em locais públicos do município de Nova Friburgo, a realidade ainda não condizia com o que determina a legislação em vigor no país, especialmente com o Decreto 5.296 (BRASIL, 2004). Em outras pesquisas, inclusive algumas recentes, (ROCHA e MIRANDA, 2008; LAMÔNICA et. al ,2008; FIGUEIREDO et. al, 2011; MAZZOTTA e D'ANTINO, 2011; CASTRO e ALMEIDA, 2014; MENDES e BASTOS, 2016) a mesma problemática foi apontada em outros espaços públicos e IES, configurando um

desafio para as universidades visto que esta situação pode afetar a avaliação das mesmas, realizada pelo MEC e assegurada através do Decreto nº 5.773 (BRASIL, 2006).

Em relação à enquete, que também compôs a página *Home*, a finalidade de realizar esta pesquisa foi avaliar a satisfação dos visitantes, bem como suas expectativas. A análise dos dados possibilitou registrar os apontamentos dos que participaram da enquete e verificar que o conteúdo exposto no *site* atendeu as perspectivas da maioria dos participantes. Também indicou possíveis modificações que contribuirão para aprimorar mais o conhecimento do público-alvo. Assim como afirmam Freitas e Moscarola (2002), a enquete configura-se uma importante ferramenta de investigação, pois seu resultado contribui para realizar mudanças.

A enquete foi composta por duas questões, que deveriam ser respondidas após o visitante navegar pelo *site* e conhecer todo conteúdo exposto. Após 30 dias, compreendendo o período de 19 de Janeiro de 2016 até 17 de Fevereiro de 2016, as respostas foram analisadas, sendo constatada a participação de 61 visitantes. Em relação à primeira pergunta: “Você encontrou neste site o que procurava?”, os dados mostraram que a maioria, 60 pessoas, ou seja, 98,4% responderam “sim” e apenas 01 visitante, que correspondeu a 1,6%, mostrou-se insatisfeito. (Figura 8).

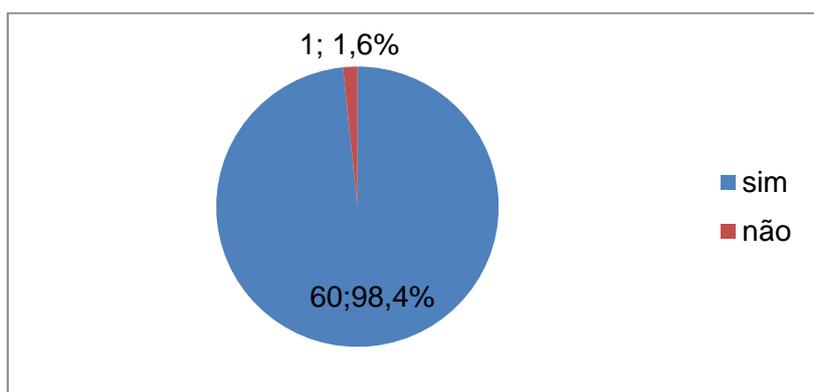


Figura 8: Resultado à primeira pergunta da enquete: “Você encontrou neste *site* o que procurava?”.

Após responderem esta questão os visitantes poderiam opinar sobre o conteúdo do *site* através de uma segunda pergunta: “Então o que procurava?” e

um total de 25 respostas foi contabilizado, entre o dia 19 de Janeiro de 2016 e 17 de Fevereiro de 2016, o que mostra que nem todos que participaram da enquete responderam as duas indagações. Esta análise, quanto ao interesse dos visitantes, aponta o seguinte resultado: 8 acessaram em busca de serviços, 1 tinha interesse em saber sobre os projetos, 7 queriam informações sobre inclusão, 1 buscou informações de cursos sobre inclusão, 3 apenas parabenizaram pela realização do *site*, assunto que no gráfico está sinalizado como “outros”, 4 procuraram sobre informações gerais e 1 buscou referência ao aproveitamento dos alunos com deficiências ou superdotados ao longo dos anos. Esta última resposta mostrou a importância de acrescentar especificamente informações sobre a inclusão de alunos com deficiências e altas habilidades ou superdotação no *site*. (Figura 9).

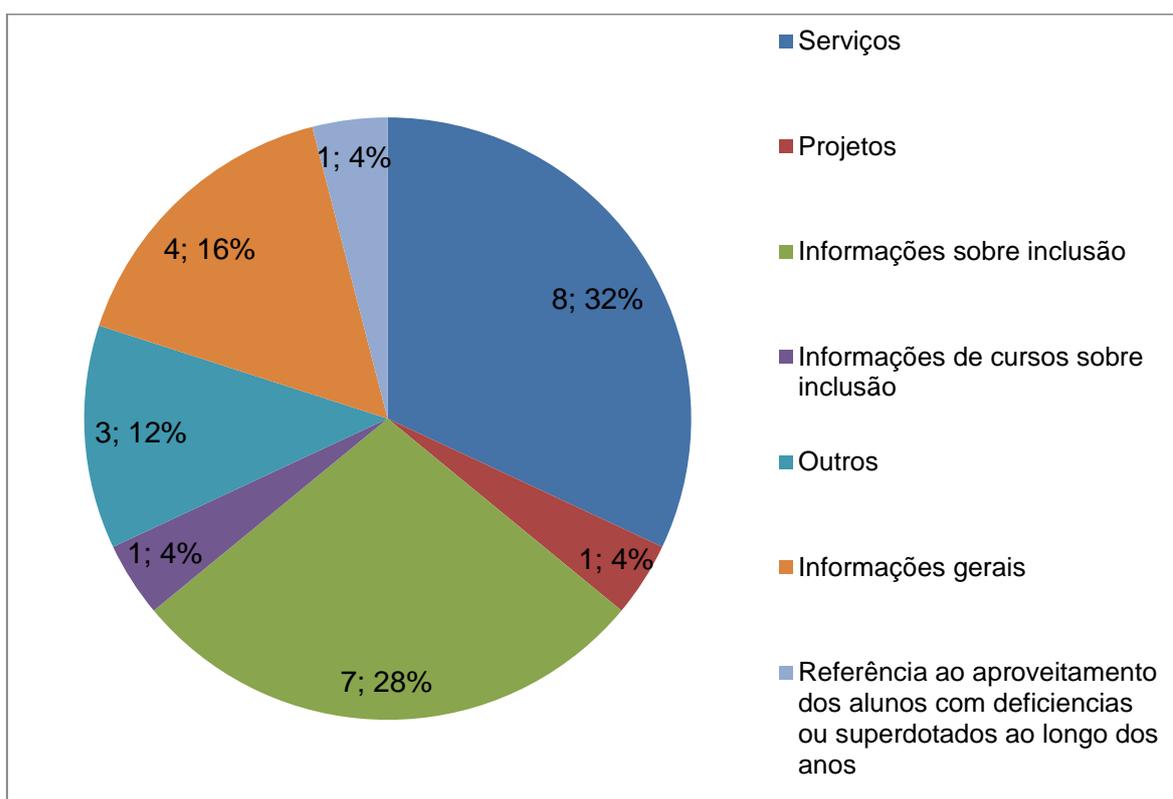


Figura 9: Resultado à segunda pergunta da enquete: “Então, o que procurava?”.

Estes dados apontam que, atualmente, as pessoas estão buscando os meios virtuais para aquisição de informações sobre inclusão e, portanto, reforçam a importância da criação de canais de comunicação como o *site* “Educação Inclusiva no Ensino Superior”, por ser um mecanismo eficaz para propagação de

informações e, assim, ampliação do conhecimento das pessoas, o que tende a gerar mudanças, corroborando com a afirmação de Bisol e Valentini (2012).

4.3.2 Histórico

Na sequência foi colocada a página intitulada “Histórico”, com informações sobre a criação do *site*, inclusive autoria. (Figura 10).



Figura 10: Página “Histórico” do *site* “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.

O fato do *site* se configurar um produto final do projeto de pesquisa “Educação Inclusiva no Ensino Superior” foi apontado neste espaço, sendo destacado também o nome do curso ao qual o produto foi submetido e da respectiva logomarca, que direcionava o visitante para o *site* do curso.

Neste mesmo espaço foi sinalizado o suporte técnico do Setor de Informática do ISNF/ CNF/ UFF, que se fez necessário para criação e ajustes do *site*, bem como para a confecção da logomarca.

A importância de criar uma página sobre o histórico no processo de elaboração de um *site* foi destacada na pesquisa de Vicentini e Mileck (2000). Os autores afirmam que as informações que constituirão um *site* devem ser organizadas hierarquicamente, sendo divididas em institucionais e gerais. Sob esta ótica, os dados referentes à parte do histórico se enquadram no grupo das

informações institucionais, que vêm no início de um *site*, como apresentado neste trabalho.

4.3.3 Equipe

Como o *site* representa uma ação de divulgação do SAE do ISNF/ CNF/ UFF, nesta página intitulada “Equipe” foram apresentadas as servidoras que trabalham neste setor atualmente, duas Técnicas em Assuntos Educacionais: Aline Chermont Warol Teixeira e Aline Nunes Ferreirinha de Souza, bem como seus respectivos contatos profissionais. (Figura 11).

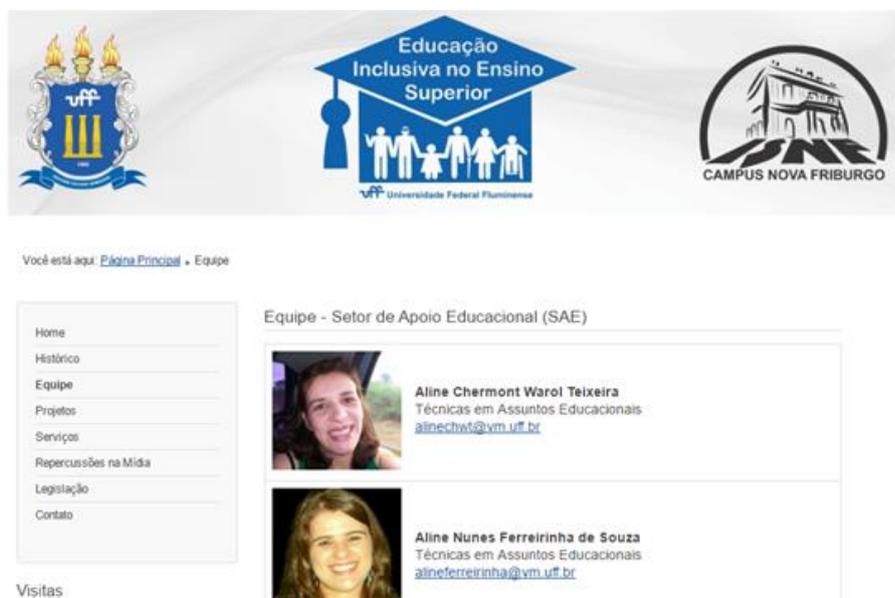


Figura 11: Página “Equipe” do *site* “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.

Uma das atribuições do SAE é atuar no acolhimento dos discentes do ISNF/CNF/ UFF juntamente com as coordenações dos cursos, bem como apoiá-los no decorrer da graduação, acompanhando o desenvolvimento acadêmico dos mesmos, assim como o suporte pedagógico aos docentes também compõe o conjunto de ações deste setor.

Desta forma, após o ingresso de alunos público-alvo da educação especial no ISNF/ CNF/ UFF, a partir de 2012, a promoção da inclusão neste espaço passou a ser também uma meta do SAE, que prontamente estabeleceu contato com a DAI/CAS da UFF, que demonstrou apoio através de visitas e orientações. Inclusive, recentemente, foi realizado pela a equipe do DAI/CAS e pelo SAE, um

trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica sobre a diversidade e inclusão.

Além dessa parceria, a busca por aprimoramento na área de diversidade e inclusão, bem como a criação do produto desta pesquisa, que caracteriza uma ação de divulgação do SAE, atende o que é proposto em um dos documentos oficiais do Ministério da Educação intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), no trecho a seguir: *“Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes.”* Bem como está em consonância com o que afirmam pesquisadores da área: *“Espaços educacionais que possuem práticas orientadas para a inclusão em educação tendem a reconhecer o direito à diferença e o combate às diversas formas discriminação e desigualdade social.”* (SANTOS; SANTIAGO, 2011).

4.3.4 Projetos

Na página “Projetos” a proposta foi divulgar os projetos desenvolvidos no ISNF/ CNF/ UFF com foco para a diversidade e inclusão. (Figura 12).

Modo está aqui: [Página Inicial](#) » [Projetos](#)

Projetos

PROJETOS DE EXTENSÃO DO CAMPUS DE NOVA FRIBURGO VOLTADOS PARA A DIVERSIDADE E INCLUSÃO

PROJETO 1:

Título: Inclusão social e Fomento: ações voltadas para jovens e adultos com necessidades especiais na relação escola, família e mercado de trabalho no município de Nova Friburgo.

Coordenador: Priscila Starosty - Docente

Resumo: O projeto pretende dar continuidade e expandir as ações iniciadas na Escola Estadual Municipalizada de Educação Especial Neusa Goulart Brizola no estágio curricular obrigatório em Fomento Institucional realizado durante o ano de 2013. Essas ações estarão voltadas para a promoção de dois tipos principais de atividades:

- 1- capacitação e reflexão dos alunos envolvidos no processo de inclusão social através do trabalho dos alunos adultos deficientes desta instituição. Estes alunos são familiares dos alunos, professores e funcionários da escola e representantes de empresas de economia privada interessadas em contratar pessoas com deficiência;
- 2 - ênfase no desenvolvimento das competências comunicativas dos alunos deficientes e nos processos de adaptações necessários para a inserção no mercado de trabalho. Ambas ações tem por objetivo a melhoria do acesso e da permanência dos alunos deficientes no mercado de trabalho, promovendo a inclusão social.

Palavras-chave: Alunos, professores e funcionários da ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NEUSA GOULART BRIZOLA, assim como funcionários de empresas com interesse e necessidade de

Visitas:

Hoje	7
Ontem	8
Essa Semana	7
Essa Mês	32

Figura 12: Página “Projetos” do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.

Para seleção dos projetos foi realizada uma pesquisa no banco de dados do Sistema de Informação e Gestão de Projetos do MEC, que é livremente disponibilizado para o público, visto que o objetivo é “*auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicização de projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras.*” (BRASIL, 2016).

Com a busca foram encontrados 49 projetos de extensão vinculados ao ISNF/ CNF/ UFF, entre 2010 e 2016. A análise dos resumos desses projetos apontou que 29 eram voltados especificamente para a área da odontologia, ou seja, a maioria. Apenas três destes projetos também tinham como foco a inclusão e eram coordenados por uma única docente. As pessoas com deficiências ou necessidades especiais eram o público-alvo, assim definido pela docente responsável:

“O público-alvo será constituído por grupos de pessoas com deficiências ou necessidades especiais, de acordo com as seguintes condições fisiológicas e patológicas que impliquem em alteração do protocolo de atendimento odontológico (segundo a classificação de Haddad, 2007): 1. Distúrbio da Inteligência; 2. Síndromes congênitas cromossômicas ou de origem mitocondrial e deformidades crânio-maxilo-faciais; 3. Defeitos físicos; 4. Distúrbios comportamentais e psiquiátricos; 5. Doenças sistêmicas crônicas e condições sistêmicas (diabetes; cardiopatias; doenças hematológicas; epilepsia; doenças autoimunes e vesicobolhosas, insuficiência renal crônica, pacientes irradiados em região de cabeça e pescoço; pacientes transplantados; pacientes imunossuprimidos por medicamentos; pacientes gestantes); 6. Doenças infecto-contagiosas; 7. Distúrbios sensoriais e de comunicação (surdez, alterações na acuidade visual e distúrbios da fala).”... (SILVEIRA, 2016)

Por outro lado, os outros 20 projetos estavam quase todos voltados para a promoção da saúde de modo geral, sendo que também existiam outros focos, como: interdisciplinaridade, educação, divulgação científica, leitura e escrita acadêmica, sustentabilidade e produção rural. Entre estes foram encontrados 02 projetos que correspondiam ao tema procurado, sendo um deles o projeto “Cineclube em Saúde Mental”, tendo a docente responsável informado que atualmente não está em vigor, então não foi exposto no *site*. Desta forma, abaixo estão relacionados os 04 projetos desenvolvidos no ISNF/ CNF/ UFF em 2016, voltados para a diversidade e inclusão. (Quadro 2).

Quadro 2: Relação dos projetos de extensão do ISNF/ CNF/ UFF com foco para a diversidade e inclusão.

Título do Projeto	Objetivo	Coordenadora	Departamento
Inclusão social e Fonoaudiologia: ações voltadas para jovens e adultos com necessidades especiais na relação escola, família e mercado de trabalho no município de Nova Friburgo.	O projeto pretende dar continuidade e expandir as ações iniciadas na Escola Estadual Municipalizada de Educação Especial Neusa Goulart Brizola no estágio curricular obrigatório em Fonoaudiologia Institucional realizado durante o ano de 2013. Estas ações estarão voltadas para a promoção de dois tipos principais de atividades: 1- capacitação e reflexão dos atores envolvidos no processo de inclusão social através do trabalho dos alunos adultos deficientes desta instituição. Este atores são familiares dos alunos, professores e funcionários da escola e representantes de empresas da iniciativa privada interessados em contratar pessoas com deficiência. 2 - ênfase no desenvolvimento das competências comunicativas dos alunos deficientes e nos processos de adaptações necessários para a inserção no mercado de trabalho.	Prof. Dra. Priscila Starosky - docente	Departamento de Formação Específica Fonoaudiologia
Visita domiciliar como estratégia de atenção à saúde bucal de pessoas com necessidades especiais.	Este Projeto tem como objetivos realizar a visita domiciliar (VD) como estratégia de atenção à saúde bucal de pessoas com necessidades especiais, além de promover a sensibilização e aperfeiçoamento técnico-científico de acadêmicos de Odontologia para a prática profissional que considere os aspectos biopsicossociais inerentes ao contexto da vida desses indivíduos.	Prof. Dra. Flávia Maia Silveira - docente	Departamento de Formação Específica Odontologia
Vídeos em saúde: uma proposta participativa de intervenção social e promoção de saúde de pessoas com necessidades especiais.	Esta proposta tem como objetivo Produzir vídeos sobre saúde que aborde diversas questões abrangentes sobre a temática “deficiências, incapacidades ou necessidades especiais”, com intuito de intervir socialmente e participativamente, através da integração de ações de	Prof. Dra. Flávia Maia Silveira - docente	Departamento de Formação Específica Odontologia

	promoção de saúde que estimulem a mudança de comportamento dos indivíduos a partir de informações prestadas e reflexões e discussões proporcionadas pelo processo de criação dos produtos gerados.		
Atenção à Saúde Bucal de Pessoas com necessidades Especiais.	Este Programa tem como objetivos promover a atenção à saúde bucal de pessoas com necessidades especiais, além de promover a sensibilização e aperfeiçoamento técnico-científico de acadêmicos de Odontologia para a prática profissional que considere os aspectos biopsicossociais inerentes ao contexto da vida desses indivíduos.	Prof. Dra. Flávia Maia Silveira - docente	Departamento de Formação Específica Odontologia

4.3.5 Serviços

Nessa seção foram relacionados serviços gratuitos ofertados na cidade de Nova Friburgo, tanto os que oferecem atendimento aos indivíduos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação como os que são voltados para capacitação sobre diversidade e inclusão. Estes serviços beneficiam os moradores locais e também dos municípios circunvizinhos, visto que a maior parte dos serviços não é restrita ao povo friburguense.

A análise do resultado da enquete, apresentada na primeira página do *site*, mostra a relevância deste espaço reservado para divulgar os serviços prestados tanto pelo ISNF/ CNF/ UFF como por outras instituições da cidade, visto que 32%, ou seja, quase um terço dos visitantes que responderam à pesquisa estava em busca deste tipo de informação. Como apontado na pesquisa de Moretti, Oliveira e Silva (2012), a internet, por ser fonte de muitas informações, apresenta-se um meio bastante utilizado pelas pessoas que procuram serviços de saúde. (Figura13).



Figura 13: Página “Serviços”, do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.

Dessa forma, foram encontradas 7 instituições que prestam serviços relacionados à diversidade e inclusão em Nova Friburgo, entretanto só 5 foram sinalizadas. Esse fato ocorreu porque do total de estabelecimentos, 2 não possuem sites, blogs ou outro canal de informação virtual e não houve retorno após contato solicitando os dados sobre os serviços prestados.

Quase todos os locais relacionados ou possuíam site ou colocaram informações sobre seus serviços nos sites das instituições às quais são atrelados, viabilizando a coleta de dados. Sendo necessário apenas obter informações diretamente junto à equipe de educação especial do município em relação à Escola Estadual Municipalizada de Educação Especial Neusa Goulart Brizola, pois não apresentaram também notas expostas na internet. (Quadro 3).

Quadro 3: Lista dos serviços relacionados à diversidade e inclusão encontrados na cidade de Nova Friburgo, bem como das respectivas instituições responsáveis, que foram divulgados no site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.

Instituições	Serviços
ISNF/ CNF/ UFF	Serviços na área de saúde: <ul style="list-style-type: none"> serviços de odontologia e fonoaudiologia
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Friburgo - APAE	Serviços na área de saúde: <ul style="list-style-type: none"> teste do pezinho e teste da orelhinha; serviços de pediatria, neurologia, odontologia, audiologia, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia, ocupacional, ortopedia , nutrição, Também há serviços

	<p>voluntários de ginecologia e oftalmologia.</p> <p>Serviços na área de educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • no Centro Educacional Rafael Mello Pacheco são atendidas crianças portadoras de deficiência nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Formação Profissional. <p>Serviços à comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • audiometria; • serviços gráficos (todo tipo de impresso em OFF Set); • teste do pezinho e teste da orelhinha; • serviços de psicologia e fonoaudiologia; • bazar; • participação em eventos; • curso de informática e inglês básico; • Educação de Jovens e Adultos (em parceria com o Serviço Social da Indústria - SESI); • judô e ginástica para terceira idade (parceria Projeto Rio 2016 – Estado)
Escola Estadual Municipalizada de Educação Especial Neusa Goulart Brizola	<p>Serviços na área de educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 05 oficinas (Teatro e leitura, informática, psicomotricidade, culinária, artesanato), preferencialmente para alunos da rede pública municipal; • curso de LIBRAS para professores da rede municipal (em parceria com o SESI – Serviço Social da Indústria).
Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/ RJ Campus Nova Friburgo	<p>Serviços à comunidade interna:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ações de difusão, discussão, conscientização e sensibilização de docentes, discentes e técnicos-administrativos para a realidade educacional e social que se configura, a partir da educação especial com enfoque inclusivo, seja na Educação Básica, na Educação Profissional ou no Ensino Superior.
Associação Pestalozzi de Nova Friburgo	<p>Serviços nas áreas de saúde, educação, cultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • equoterapia; • atividades de Educação Especial, Cultura e de Recreação.

4.3.6 Repercussões na Mídia

Essa página foi reservada para divulgação de notícias sobre cursos, eventos, apresentações e outras ocorrências importantes para a região, voltadas para a temática sobre diversidade e inclusão. (Figura 14).



Figura 14: Página “Repercussões na Mídia”, do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.

Durante o período avaliado foram divulgados acontecimentos do município que haviam ocorridos há pouco tempo, bem como os que estavam previstos na época da pesquisa, sendo que 5 eventos foram encontrados: 2 cursos, 1 palestra, 1 encontro e 1 apresentação de trabalho de um aluno do ensino médio. Após o visitante clicar no *link* do assunto selecionado era direcionado para a fonte da notícia, possibilitando a leitura na íntegra. Aos poucos outros eventos foram sendo adicionados.

Ainda nesta página foi reservado um local destinado à divulgação de outras notícias, que, embora tratassem do mesmo tema, se diferenciavam por serem oriundas de todo o Brasil. Esse espaço foi conectado diretamente ao site de uma agência de notícias intitulada “Educação Inclusiva em Foco” com atualização automática e frequente, possibilitando ampliar o conhecimento dos visitantes sobre cursos e demais eventos na área.

Considera-se mídia os meios utilizados para transmissão de notícias para um grande número de pessoas, uma forma de comunicação em massa, sendo a *internet* um desses veículos de informação. (MOREIRA, 2010). E justamente a *internet* vem apresentando um expressivo desenvolvimento neste começo de século, atraindo muitas pessoas, como afirmam Lordêlo e Porto (2011). Esses pontos enfatizam a relevância da divulgação de eventos sobre diversidade e

inclusão nessa página do *site* devido à forte chance de repercussão, visto ser um veículo de comunicação de destaque na nossa sociedade.

4.3.7 Legislação

A página intitulada “Legislação” apresentou inicialmente a Constituição da República Federativa do Brasil, por ser nossa Lei Suprema, que aponta a educação como direito de todos. Também por ser o fundamento de toda legislação sobre educação inclusiva, que envolve uma gama de documentos, como afirma Almeida (2013).

Em seguida foram publicados diversos instrumentos legais que dispõem sobre questões relacionadas à inclusão no Brasil, sendo que a maioria norteia a educação inclusiva em todos os níveis. (Figura 15).

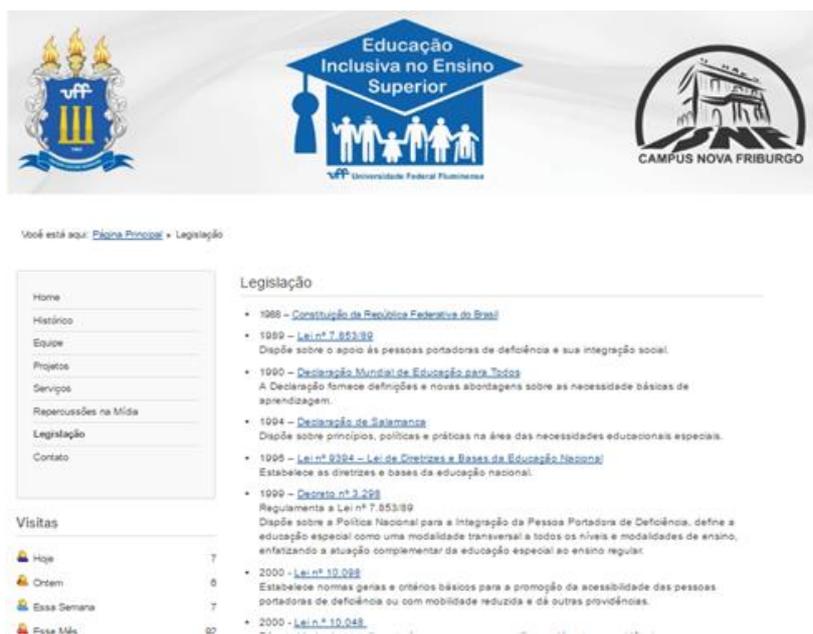


Figura 15: Página “Legislação” do *site* “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.

Dessa forma, após uma busca nos *sites* oficiais do governo brasileiro como do MEC e do Portal do Brasil, também no *site* da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura e do Conselho Municipal de Educação de Nova Friburgo, foram reunidos e disponibilizados 38 itens, entre leis, decretos, portarias, resoluções, notas técnicas, declarações e também o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva. Nesse conjunto há cinco que se referem a documentos internacionais, visto que o Brasil acorda com as diretrizes expostas nos mesmos, são eles: Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem; Declaração de Salamanca, que dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais; Decreto nº 3.956, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; Decreto nº 6.949, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo; Declaração de Icheon, que é a base para as metas da educação até 2030. (Quadro 4).

A criação da página “Legislação” configurou-se uma ação importante, visto que a disseminação destes documentos contribui para que as pessoas tenham conhecimento dos direitos dos alunos público-alvo da educação especial e contribuam para a promoção da educação inclusiva. Como exposto no Documento Subsidiário do MEC (BRASIL, 2015), em referência ao conjunto de instrumentos legais do governo brasileiro, a criação destes servem para *“... auxiliar e subsidiar as discussões, ações e o controle social das políticas públicas voltadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.”* (BRASIL, 2015).

Quadro 4: Relação dos instrumentos legais disponibilizados no site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.

Documento	Assunto
1988 – Constituição da República Federativa do Brasil*	Lei suprema do Brasil.
1989 - Lei nº 7.853/89*	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social.
1990 – Declaração Mundial sobre Educação para Todos*	A Declaração fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem.
1994 – Declaração de Salamanca*	Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais.
1996 – Lei nº 9394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Quadro 4 – Cont.

1999 – Decreto nº 3.298*	Regulamenta a Lei nº 7.853/89 Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.
2000 – Lei nº 10.098*	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
2000 – Lei nº 10.048*	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
2001 – Decreto nº 3.956*	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
2001 – Resolução CNE/CEB nº 2*	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
2001 – Lei nº 10.172*	Plano Nacional de Educação – Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
2002 – Resolução CNE/CP nº 1*	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
2002 – Lei nº 10.436*	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
2003 – Portaria nº 3.284*	Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.
2004 – Decreto nº 5.296*	Regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (implementação do Programa Brasil Acessível).

Quadro 4 – Cont.

2005 – Decreto nº 5.626*	Regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
2005 – Lei nº 11.096*	Cria o PROUNI – Programa Universidade para Todos. Através da concessão de bolsas, passa a oportunizar o acesso ao ensino superior aos alunos carentes, negros, indígenas, portadores de deficiência e professores da rede pública.
2006 – Decreto nº 5.773*	Dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de IES e cursos superiores no sistema federal de ensino (SINAES).
2007 – Decreto nº 6.094*	Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.
2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*	Traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.
2009 – Decreto nº 6.949*	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Esse decreto dá ao texto da Convenção caráter de norma constitucional brasileira.
2009 – Resolução nº 4 CNE/CEB*	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
2010 – Resolução nº 4 CNE/CEB*	Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
2010 – Decreto nº 7.234*	Dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil – PNAES.
2011 – Decreto nº 7.611*	Dispõe sobre o AEE e prevê estruturação de núcleos de acessibilidade nas IFES.
2012 – Lei nº 12.764*	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Quadro 4 – Cont.

2013 – Lei nº 12.796*	Altera a Lei nº 9.394/96, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
2013 – Nota técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE*	Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012.
2013 – Nota técnica nº 28 /2013/ MEC/ SECADI/DPEE	Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva.
2014 – Nota técnica nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE*	Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.
2014 – Nota técnica nº 29 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE*	Termo de Referência para aquisição de brinquedos e mobiliários acessíveis.
2014 – Lei nº 13.005*	Estabelece o Plano Nacional de Educação 2014-2024.
2015 – Lei nº 13.146*	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
2015 – Lei nº 13.234*	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).
2015 – Declaração de Incheon*	Base para as metas dos próximos 15 anos e incentiva os países a fornecerem educação inclusiva, igualitária e de qualidade, além de oportunidades de aprendizagem ao longo de toda a vida, para todos.
2015 – Nota técnica nº 20 / 2015 / MEC / SECADI / DPEE*	Orientações aos sistemas de ensino visando ao cumprimento do artigo 7º da Lei nº 12764/2012 regulamentada pelo Decreto nº 8368/2014.
2015 – Lei Municipal nº 4.395*	Plano Municipal de Educação de Nova Friburgo 2015 – 2025
2016 – Resolução nº 667*	Aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo.

* Disponível no link: <http://www.punf.uff.br/inclusao/index.php/legislacao>

4.3.8 Contato

A página “Contato” foi criada a fim de possibilitar a interlocução entre a equipe responsável pelo *site* e os visitantes. (Figura 16).

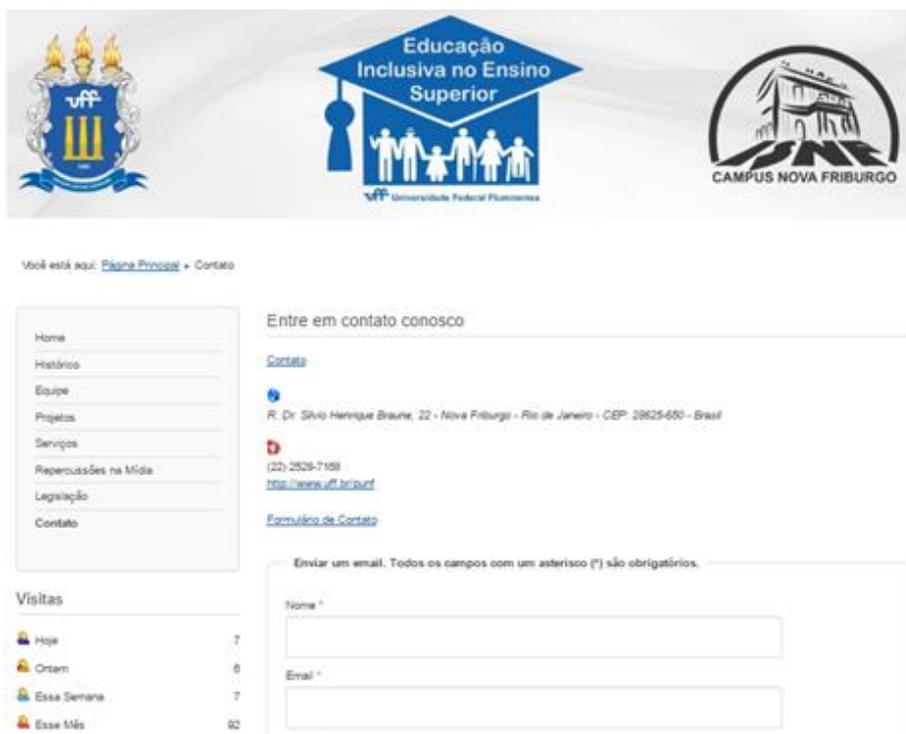


Figura 16: Página “Contato” do site “Educação Inclusiva no Ensino Superior”.

Nesse espaço foram colocados os dados do ISNF/ CNF/ UFF como: o endereço, o telefone e o *link* do site da unidade, www.uff.br/punf. O usuário era automaticamente direcionado para o *site* da Instituição caso clicasse no referido link.

Em seguida, a criação do e-mail institucional “inclusaonf@vm.uff.br” foi requerida junto à STI para disponibilização de um canal de comunicação exclusivo entre os visitantes do *site* e a equipe do SAE, ou seja, um correio eletrônico. Após o atendimento da solicitação, foi criado um formulário de contato e exposto no *site*, sendo facultado a todos os usuários o preenchimento deste campo e o envio de mensagem para o administrador do *site*.

Como exposto na pesquisa de Nascimento e Filho (2002), “*O correio eletrônico como ferramenta de comunicação é essencialmente uma das aplicações generalizadas da Internet.*”. Sendo assim, mesmo com a disponibilização do endereço do ISNF/ CNF/ UFF, seja para possibilitar o envio de correspondências via Correios ou visitas à unidade, houve também a efetivação de uma terceira estratégia, o correio eletrônico, para facilitar a comunicação com o SAE. Principalmente por esse instrumento apresentar algumas características que o tornam muito eficaz: as mensagens são enviadas mesmo que o destinatário

não esteja conectado no momento do envio e este pode realizar a leitura das mensagens e enviar respostas posteriormente; envio e recebimento instantâneo de mensagens; baixo custo, independente do tamanho da mensagem e possibilidade de enviar anexos junto ao texto principal do e-mail, como imagens e vídeos. (NASCIMENTO E FILHO; 2002).

Através deste mecanismo a equipe ficou disponível para dirimir dúvidas, receber sugestões e verificar as solicitações dos visitantes que demonstrassem interesse. Durante o período de avaliação o e-mail foi verificado com frequência e houve a constatação de que apenas um contato foi efetuado durante os 30 dias subsequentes à divulgação do *site*, que compreendeu o período entre o dia 19 de Janeiro a 17 de Fevereiro de 2016. No caso o visitante buscou informações sobre novos projetos da UFF para o ano de 2016 e o retorno foi efetuado, sendo pontuado que os projetos citados no *site* no momento teriam continuidade no decorrer de 2016 e à medida que novos projetos surgissem seriam prontamente divulgados.

4.4 AVALIAÇÃO DOS ACESSOS AO SITE “EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR”.

Assim que o *site* foi concluído e disponibilizado na rede, houve ampla divulgação para que as pessoas pudessem conhecer o trabalho. A ação ocorreu tanto pessoalmente como também através do envio de mensagens instantâneas por *e-mail* e *whatsapp*, de postagem na rede social *facebook* e publicação de uma nota no *site* da unidade. Os autores Vicentini e Mileck (2000) expõem sobre a relevância desta etapa ao se finalizar a elaboração do *site*, momento que denominam como o lançamento do *site*, enfatizando a utilização da própria internet como meio de divulgação.

Mais tarde, no dia 22 de Março de 2016, houve apresentação oral à comunidade interna durante visita da DAI/ CAS ao ISNF/ CNF/ UFF. No mês de Junho foram publicadas entrevistas sobre o *site* em jornais de grande visibilidade: um na cidade de Nova Friburgo, o jornal A Voz da Serra, e outro na cidade vizinha, Bom Jardim, o Jornal Mais Bom Jardim. Na ocasião a reportagem do jornal A Voz da Serra foi noticiada no site do ISNF/ CNF/ UFF. Neste mesmo

período houve a publicação de uma entrevista sobre o referido produto no *site* da DAI/CAS, o que também foi noticiado na rede social *facebook*, na página do Sensibiliza UFF.

Os acessos foram avaliados a partir do dia 19 de Janeiro até 17 de Fevereiro de 2016, completando um período de 30 dias. O resultado obtido foi possível a partir de dados coletados através da ferramenta *Google Analytics*, que foi associada ao *site*. O uso da *Google Analytics* serviu para registrar pontos relevantes como: o total e a origem dos acessos, o total de usuários número de visitantes que retornaram ao *site*.

Essas informações foram válidas por permitirem a mensuração do interesse das pessoas em relação ao *site*, utilidade que também foi apontada nas pesquisas de Silva, Segundo e Santos-Rocha (2012) e Maricato e Fernandes (2015). Como os autores sinalizaram, ainda, o *Google Analytics* está sendo intensamente utilizado na avaliação de ambientes virtuais, por gerarem resultados que podem indicar ou não a necessidade de intensificação do processo de divulgação do produto analisado, bem como o seu aprimoramento. Fatores que também motivaram o emprego desta ferramenta no processo de avaliação do produto da presente pesquisa.

4.4.1 Avaliação dos acessos ao *site* entre 19 de Janeiro e 17 de Fevereiro

O relatório fornecido pela *Google Analytics* informou que entre 19 de janeiro e 17 de fevereiro de 2016 houve um total de 316 sessões, ou seja, que durante os 30 dias avaliados ocorreram esta quantidade de acessos ao *site*.

Ainda em relação às sessões foi apontada a visualização de 1.498 páginas no período analisado. Essa soma demonstrou que, necessariamente, não foram acessadas todas as páginas do *site* em cada uma das sessões, visto que o número contabilizado seria maior. Assim como houve também visitantes que retornaram, provavelmente em busca de informações contidas em alguma página específica.

O mapeamento do período está representado no gráfico a seguir, exportado da página da *Google Analytics*. (Figura 17).

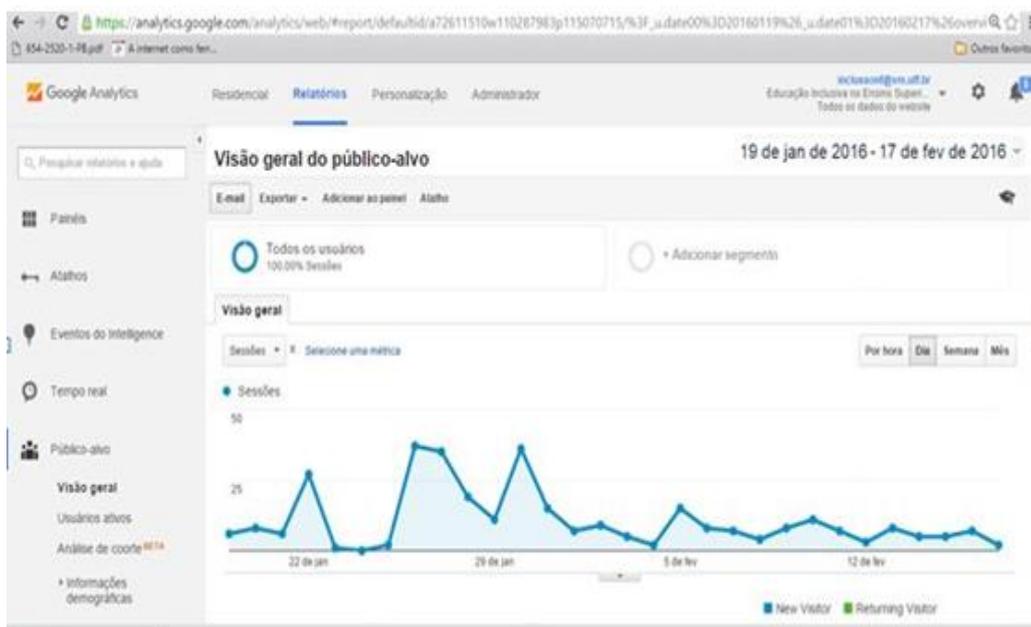


Figura 17: Demonstrativo dos acessos ao *site* “Educação Inclusiva no Ensino Superior” no período de 19 de janeiro a 17 de fevereiro de 2016, obtido através do endereço: https://analytics.google.com/analytics/web/#report/defaultid/a72611510w110287983p115070715/%3F_u.date00%3D20160119%26_u.date01%3D20160217/.

A representação gráfica demonstrou uma quantidade maior de acessos ao *site* nos dias subsequentes ao início da divulgação do produto, que ocorreu principalmente através da internet. Esses dados além de comprovarem a eficácia da internet como um meio de comunicação bastante utilizado atualmente, corroborando os apontamentos feitos por Lordêlo e Porto (2011) e Levy (2015), também mostraram a necessidade de continuidade da divulgação do *site*, visto que a partir da terceira semana, após o produto ser propagado, foi percebida uma diminuição das visualizações. O que confirmou os resultados apontados pelos autores Silva, Segundo e Santos-Rocha (2012) e Maricato e Fernandes (2015) quanto à utilidade da ferramenta *Google Analytics* ao favorecer a percepção da necessidade de divulgação de um *site*.

4.4.2 Total dos novos visitantes e dos visitantes que retornaram ao *site*

Como foi demonstrado na Figura 17 (p. 59) ocorreram 316 acessos ao *site* no período estipulado de 30 dias, compreendido entre o dia 19 de Janeiro até 17 de Fevereiro de 2016.

Para a totalização dos acessos foram contabilizados tanto os usuários que visualizaram o *site* pela primeira vez quanto os que retornaram, sendo

denominados, respectivamente, de novos visitantes e visitantes que retornaram.

Deste modo, ao detalhar o número de acessos, foi possível constatar que a quantidade de 195 correspondeu ao total de novos visitantes e 121 foi o número de visitantes que retornaram ao *site*, totalizando 316 acessos.

Esse resultado mostra que uma grande parcela de usuários retornou ao site, provavelmente em busca de informações visualizadas na primeira visita. (Figura 18).

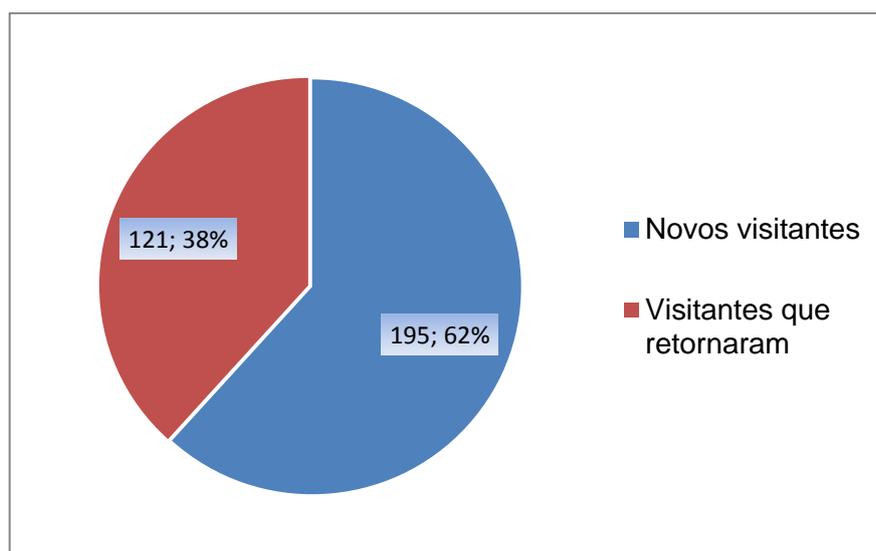


Figura 18: Demonstrativo dos novos visitantes e dos visitantes que retornaram ao *site*.

4.4.3 Origem dos acessos

A divulgação do site ocorreu de forma ampla, principalmente através de uma rede social, o *facebook*, onde as informações postadas são acessadas mundialmente. Assim, os registros obtidos através da ferramenta *Google Analytics* demonstraram que a maioria dos acessos, 292, ocorreu no Brasil, mas também houve registros oriundos de outros 5 países. Em apenas 10 sessões não foi possível identificar o país de origem. (Figura 19).

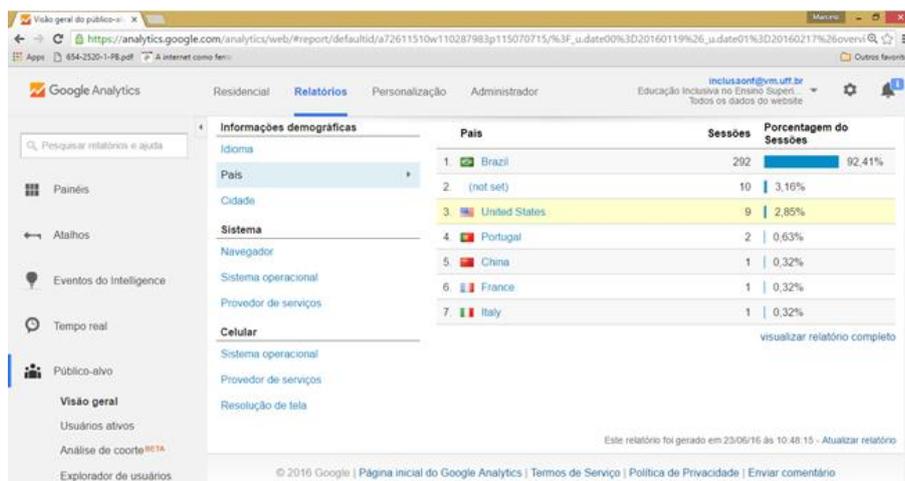


Figura 19: Demonstrativo de acessos ao *site* por país, obtido através do endereço: https://analytics.google.com/analytics/web/#report/defaultid/a72611510w110287983p115070715/%3F_u.date00%3D20160119%26_u.date01%3D20160217/.

Uma análise mais detalhada do local de origem das sessões apontou, como esperado, que a maior quantidade de acessos, um total de 110, concentrou-se na cidade de Nova Friburgo, onde o produto foi desenvolvido.

Entretanto, também ocorreram sessões oriundas de outras 28 cidades, totalizando 206 acessos, sendo quatro cidades da região serrana do estado do Rio de Janeiro: Teresópolis, Petrópolis, Cantagalo e Cordeiro. Enquanto em 15 sessões não foi possível identificar a procedência.

Dessa forma, pode-se constatar que não ocorreram acessos de outras cidades circunvizinhas, até mesmo bem próximas, como é o caso da cidade de Bom Jardim. Além do município de Nova Friburgo, esta região igualmente configurava-se público-alvo da pesquisa, visto que a população destes locais também busca os serviços e cursos de graduação oferecidos em Nova Friburgo. Como apontado nos estudos de Ferreira e Cunha (2008), estes registros são úteis, pois confirmam a necessidade de traçar metas para que a situação se modifique como providenciar mais divulgação do *site*.

A lista das cidades e a respectivas quantidades de sessões estão expostas a seguir. (Figura 20).

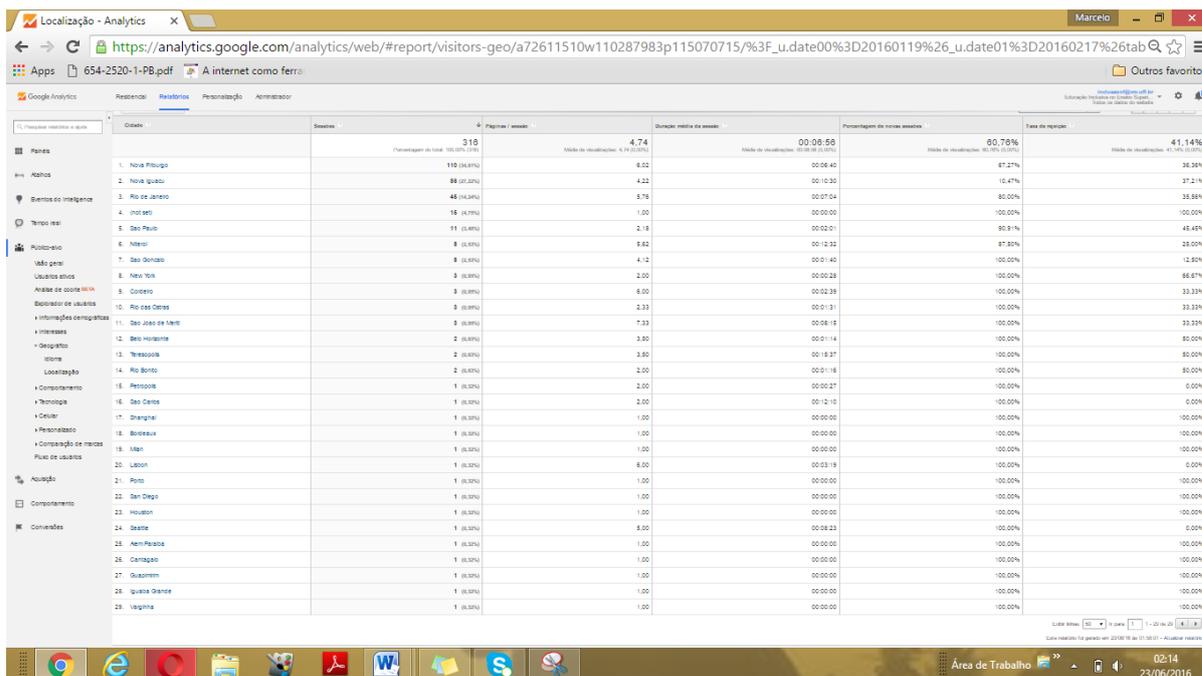


Figura 20: Demonstrativo de acessos por cidade, obtido através do endereço https://analytics.google.com/analytics/web/#report/defaultid/a72611510w110287983p115070715/%3F_u.date00%3D20160119%26_u.date01%3D20160217/.

4.4.4 Acessos ao site após novas divulgações

O site encontra-se em funcionamento desde 19 de Janeiro de 2016, quando ocorreram as primeiras divulgações e um grande número de acessos foi registrado. Nos meses seguintes houve momentos de elevação dos acessos ao site após a ocorrência de novas divulgações, principalmente na mídia local.

No dia 22 de Março de 2016 houve apresentação oral à comunidade interna do ISNF/ CNF/ UFF, durante visita da DAI/ CAS/ UFF. E no mês de Junho houve publicação de reportagens após entrevistas realizadas com a responsável pela elaboração do site: dia 14 de junho de 2016, no jornal A Voz da Serra, o principal da cidade de Nova Friburgo (Anexo nº 1, p. 81) e dia 30 de Junho de 2016, no Jornal Mais Bom Jardim, que circula na cidade vizinha de Bom Jardim (Anexo nº 2, p. 82). Sendo que a notícia sobre a entrevista concedida ao jornal A Voz da Serra também foi publicada no site do Instituto de Saúde de Nova Friburgo. No mesmo mês, dia 28, ainda foi publicada outra entrevista sobre o assunto no site da DAI/CAS, sendo noticiada na página do Sensibiliza UFF, na rede social facebook.

No gráfico obtido através do *Google Analytics* foi possível observar a oscilação dos acessos desde a criação do *site*, em 19 de Janeiro de 2016, até o início do mês de Julho de 2016, principalmente a elevação no mês de Junho, quando houve publicação de reportagens. (Figura 21).

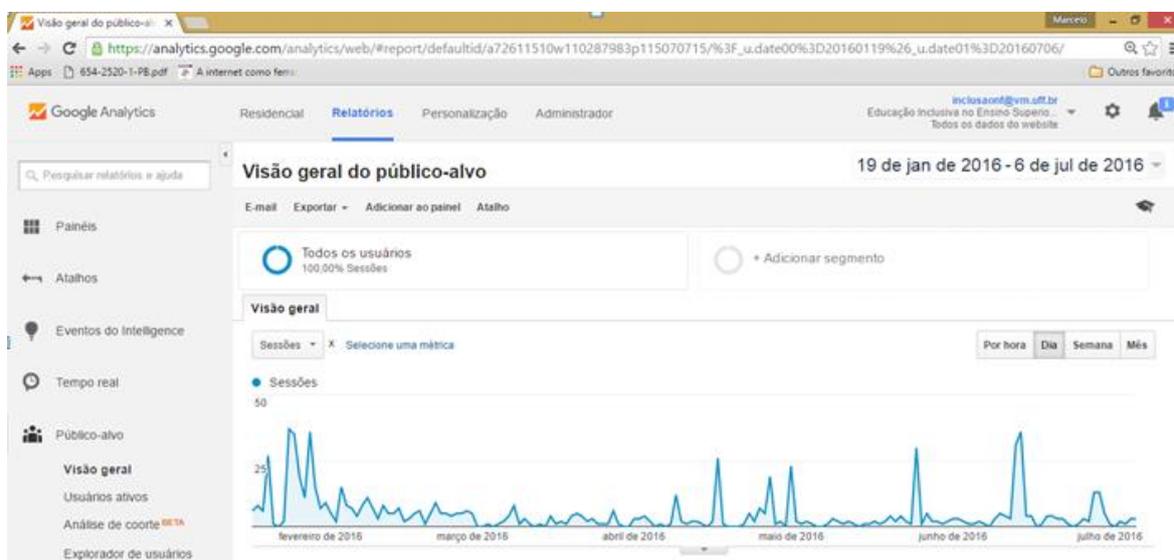


Figura 21: Demonstrativo dos acessos realizados do dia 19 de Janeiro de 2016 até dia 06 de Julho de 2016, obtido através do endereço <https://analytics.google.com/analytics/web/#report/defaultid/a72611510w110287983p115070715/>.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

5.1 CONCLUSÕES

A diversidade é, hoje, uma característica marcante e que deve ser respeitada nas universidades brasileiras em virtude do público que tem buscado o ensino superior no país neste novo milênio. Assim, como mostrou essa pesquisa, salas de aula heterogêneas configuram-se uma realidade nas IES do Brasil atualmente, tanto públicas quanto privadas. A movimentação em favor da educação inclusiva em todos os níveis, a criação de leis e a implementação de políticas públicas fazem valer os direitos de muitos alunos que apresentam um histórico de exclusão, que se perdurou por anos, especialmente das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

À sociedade cabe o dever de estar em constante movimento e luta para que haja adequação a esta nova realidade, cobrando atitudes não só do poder público, mas dos cidadãos. O governo brasileiro, em cumprimento a acordos firmados internacionalmente, vêm tornando as unidades escolares, inclusive as universidades, espaços de portas abertas onde há garantia de matrícula do público-alvo da educação especial. Esse direito específico foi legalmente respaldado com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e, recentemente, reforçado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), sendo que muitos outros instrumentos legais também vêm sendo elaborados desde o fim do século passado a fim de garantir que as peculiaridades deste público sejam atendidas no meio educacional.

Sendo assim, como apontado neste trabalho, não basta o registro de um crescente percentual de matrículas nas IES brasileiras nos últimos anos, mas um empenho para que os alunos que consigam ingressar no ensino superior possam permanecer e obter êxito. O cenário educacional clama por uma verdadeira educação inclusiva, uma educação de qualidade para todos brasileiros e em todos os níveis, independente de situação de vulnerabilidade sócio-econômica, de questões raciais ou de características que enquadrem os alunos como público-alvo da educação especial.

Em relação às IES pode-se destacar que, gradativamente, estão acolhendo a ideia da inclusão, visando a permanência de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino superior. Mesmo antes do governo lançar o Programa Incluir, em 2005, que promoveu a implementação dos Núcleos de Acessibilidade nas IFES e, conseqüentemente, ações voltadas para inclusão nestes espaços, já ocorriam movimentos neste sentido em algumas instituições como mostrado nesta pesquisa, principalmente na UFF.

A criação do Núcleo de Acessibilidade na última década fortaleceu o trabalho de inclusão na UFF e há pouco tempo foi transformado em uma divisão da PROAES, o que se configurou uma grande conquista. Outra acontecimento importante foi a chegada de servidores especificamente para trabalhar na DAI/CAS, que juntamente com alunos bolsistas e professores desenvolvem diversas ações e colaboram para a diminuição de barreiras na instituição, sejam elas arquitetônicas, atitudinais, de comunicação ou tecnológicas. E todos os campi da UFF podem contar com orientações e apoio da DAI/CAS na promoção da inclusão.

Portanto, o ISNF/ CNF/ UFF, como parte da instituição, também tem se movimentado em prol da inclusão. Com a elaboração do *site* Educação Inclusiva no Ensino Superior houve ampla divulgação de ações desenvolvidas na instituição, bem como ações governamentais de âmbito federal, estadual e municipais, a questão da diversidade e inclusão alcançou maior visibilidade tanto na comunidade interna, entre docentes, técnicos e discentes, como também na região, tendo em vista a quantidade de acessos registrados no período avaliado, como aponta a Figura 17 (p.59). O maior número de acessos ocorreu na cidade de Nova Friburgo, alvo desse trabalho, o que certamente colabora para o sucesso da inclusão no ISNF/ CNF/ UFF e incentiva novas ações. Por conseguinte, gera benefícios à comunidade de modo geral e a todos que estão, de alguma forma, vinculados ao instituto.

5.2 PERSPECTIVAS

A expectativa é que a ação de divulgação realizada pelo SAE possa colaborar para a realização de outras ações, que venham a favorecer cada vez mais para a divulgação científica de pesquisas e projetos realizados para a promoção da inclusão no ISNF/ CNF/ UFF e na região.

Há intenção de inserir uma nova página no *site* para divulgação da produção docente, de técnicos e alunos do ISNF/ CNF/ UFF, relacionados ao tema diversidade e inclusão. Também serão acrescentadas ao *site* as entrevistas sobre a história da Divisão de Acessibilidade e Inclusão - Sensibiliza UFF, obtidas durante a realização deste trabalho.

Em Junho de 2016, um resumo sobre o produto desta pesquisa foi submetido à organização do evento denominado IV ETARSERRA - Exposição de Trabalhos Acadêmicos da Região Serrana, que ocorrerá entre os dias 19 e 21 de Outubro de 2016, em Nova Friburgo, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. A UFF organiza este evento em parceria com outras Instituições de Ensino e com a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior de Nova Friburgo. O trabalho será apresentado no evento, caso seja aprovado, dando continuidade à ação de divulgação do *site*.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcio José de Magalhães. *Reflexos da legislação sobre a educação inclusiva nas escolas públicas e privadas*. Direito em Ação, v.10, n.1. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/5080>>. Acesso em: 05 junho de 2016.

BISOL, Claudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris. *Desafios da inclusão: uma proposta para a qualificação de docentes no Ensino Superior via tecnologias digitais*. Rev. Port. de Educação, Braga, v. 25, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0871-91872012000200012>. Acesso em: 21 junho de 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. *Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 junho de 2014.

_____. *O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. Uma Abordagem Exploratória*. Claudio Porto & Karla Régner. Brasília: DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 05 junho de 2016.

_____. *Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004*. Regulamenta a Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 fevereiro de 2016.

_____. *Lei Nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 17 fevereiro de 2015.

_____. *Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006*. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação

superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>> Acesso em: 04 junho de 2016.

_____. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA*. Ministério da educação. Secretaria de educação especial. Brasília: DF, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

_____. *Programa Incluir – Edital e Resultados*. Ministério da Educação. Brasília: DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/191-secretarias-112877938/sesu-478593899/13380-programa-incluir-edital-e-resultados>>. Acesso em: 19 novembro de 2015.

_____. *Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 09 fevereiro de 2015.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Ministério da Educação. Brasília: DF, 2008. Disponível on-line em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 junho de 2014.

_____. *Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 18 fevereiro de 2015.

_____. *Resumo Técnico Censo de Educação Superior de 2009*. Brasília: DF, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_2009.pdf>. Acesso em: 21 junho de 2014

_____. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Brasília: DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 16 fevereiro de 2015.

_____. *Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.* Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>.

Acesso em: 09 junho de 2015.

_____. *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>.

Acesso em: 09 junho de 2015.

_____. *Documento Orientador do Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior.* Ministério da Educação. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2015.

_____. *Resumo Técnico Censo da educação superior de 2011.* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Brasília: DF, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 16 fevereiro de 2015.

_____. *Matrículas no ensino superior crescem 3,8%.* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Brasília: DF, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-38>.

Acesso em: 16 fevereiro de 2016.

_____. *Documento Subsidiário à Política de Inclusão - Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.* Brasília: DF, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/?view=192:secretarias112877938&id=12649:documento-subsidiario-a-politica-de-inclusao>>. Acesso em: 26 junho 2016.

_____. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.* Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

Acesso em: 25 fevereiro de 2016.

_____. *O que é o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj)*. Brasília: DF, 2016. Disponível em: <<http://sigproj1.mec.gov.br/?goTo=what&plataforma=0>>. Acesso em: 04 junho de 2016.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amelia. *Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras*. Rev. bras. educ. espec., v. 20, n. 2, p. 179-194. Marília: SP, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 junho de 2016.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior*. Campinas: SP, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000300016&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 09 fevereiro de 2015.

CORTIMIGLIA, Marcelo Nogueira. *Qualificando - Ambiente Virtual de Aprendizagem via internet*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFRGS. Porto Alegre: RS, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6497>>. Acesso em: 12 junho de 2016

COSTA, Luiza Santos Moreira da. *A história da Divisão de Acessibilidade e Inclusão - Sensibiliza UFF*. Entrevista concedida à mestranda Aline Chermont Warol Teixeira. Niteroi: RJ, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. *Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado*. Educ. Soc., v. 25, n. 88, p. 795-817. Campinas: SP, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302004000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 agosto de 2016.

DÍAZ, F., et al., orgs. *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: BA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rp6gk>>. Acesso em: 09 fevereiro de 2015.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior- NUPES –USP. São Paulo: SP, 2003. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>> Acesso em: 05 junho de 2016.

_____. *A Autonomia Universitária - Extensão e Limites*. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior- NUPES –USP. São Paulo: SP, 2005. Disponível em <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0503.pdf>>. Acesso em 08 fevereiro de 2015.

FERRARI, Marian AL Dias; SEKKEL, Marie Claire. *Educação Inclusiva no Ensino Superior: um novo desafio*. Psicol. Cienc. prof. , v.27, n. 4. Brasília: DF, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932007000400006>. Acesso em: 21 junho de 2014.

FERREIRA, Sueli Mara; CUNHA, Alexandre Silva. *Portal Revcom & Google Analytics: acessando a caixa-preta da informação*. Em Questão, v. 14, n. 1, p. 41 – 61. Porto Alegre: RS, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2443/3525>>. Acesso em: 08 junho de 2016.

FREITAS, Henrique; MOSCAROLA, Jean. *Da observação à decisão: métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados*. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 1. São Paulo: SP, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a06>>. Acesso em: 12 junho de 2016.

FIGUEIREDO, AC., et al. *Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva*. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online], pp. 187-207. Salvador: BA, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/11>>. Acesso em: 04 junho de 2016.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional*. Educar em Revista, n. 41, p. 61-79. Curitiba: PR, 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 fevereiro de 2016.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin et al. *Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru*. Rev. bras. educ. espec., v. 14, n. 2, p. 177-188. Marília: SP, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 junho de 2016.

LÉVY, Pierre. *O papel da internet na educação, o impacto da revolução digital na comunicação e o destino da imprensa tradicional diante desse novo paradigma que emergiu com o advento da internet*. Entrevista à Agência Fiocruz de Notícias. Rio de Janeiro: RJ, 2015. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/cultura-de-comunicacao-de-rede-nao-pode-ser-feita-sem-uma-boa-educacao-diz-pierre-levy>>. Acesso em: 12 março de 2016.

LINS, Thaís Honório; MARIN, Heimar de Fátima. *Avaliação de website sobre assistência de enfermagem na sala de recuperação pós-anestésica*. Acta Paul Enferm.25(1):109-115. São Paulo: SP, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321002012000100019>. Acesso em 03 junho de 2016.

LORDÊLO, Fernanda Silva; PORTO, Cristiane de Magalhães. *A internet como ferramenta de divulgação científica sobre energias renováveis*. Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília ISSN 1981-2132 – Nº 8 – 2011.1. Brasília: DF, 2011. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/2437>>. Acesso em: 12 março de 2016.

MACEDO, Arthur Roquete de et al. *Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., v.13, n.47, p. 127-148. Rio de Janeiro: RJ, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362005000200002>. Acesso em: 05 junho de 2016.

MACHADO, Lucília Maria Moreira. *A história da Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF)*. Entrevista concedida à mestranda Aline Chermont Warol Teixeira. Niteroi: RJ, 2015.

MARTINS, Carlos Benedito. *O Ensino Superior brasileiro nos anos 90*. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.1, pp.41-60. ISSN 1806-9452. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 maio de 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*. Ed. Moderna. São Paulo: SP, 2003.

MANZINI, Eduardo José. *Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada*. In: MARQUEZINE, M.C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). Colóquios sobre Pesquisa em Educação Especial. Londrina: PR, 2003.

p.11-25. Disponível em:
<https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf>. Acesso em: 08 março de 2016.

MARICATO, João de Melo; FERNANDES, Daiane de Brito. *Monitoramento de revistas científicas na web com a ferramenta Google Analytics: reflexões a partir da revista comunicação & informação*. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v.20, n. 42. Florianópolis: SC, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n42p63>>. Acesso em: 21 junho de 2016.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. *Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer*. Saúde Soc., v.20, n.2, p.377-389. São Paulo: SP, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200010>. Acesso em: 15 fevereiro de 2015.

MENDES, Hernestina da Silva Fiaux; BASTOS, Camen Célia Barradas Correia. *Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná*. Revista Educação Especial | v. 29 | n. 54 | p. 189-202. Santa Maria: RS, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/index.php/educacaoespecial/article/view/17215>>. Acesso em: 04 junho de 2016.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. *Mídia e Psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade*. Psicol. Am. Lat. nº20. México, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2010000200009>. Acesso em: 14 junho de 2016.

MORETTI, Felipe Azevedo. OLIVEIRA, Vanessa Elias de. SILVA, Edina Mariko Koga da. *Acesso a informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública?*. Rev Assoc Med Bras; 58(6):650-658. São Paulo: SP, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302012000600008>. Acesso em: 26 junho de 2016.

NASCIMENTO, Raimundo Benedito. FILHO, Nicolino Trompieri. *Correio eletrônico como recurso didático no ensino superior ¾ o caso da Universidade Federal do Ceará*. Ciência da Informação. vol.31 nº 2. Brasília: DF, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100196520020002000100>. Acesso em: 14 junho de 2016.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. *A extensão universitária no ensino superior e a sociedade*. Mal-Estar e Sociedade - Ano IV - n. 7 - p. 119-133. Barbacena: MG, 2011. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/60>>. Acesso em: 04 junho de 2016

PARIZOTTO, Rosamelia. *Elaboração de um Guia de Estilos para Serviços de Informação em Ciência e Tecnologia via Web*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: SC, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77013>>. Acesso em: 03 junho de 2016.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. *Acesso e Permanência do aluno com deficiência no ensino superior*. Revista de Educação Especial, v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. Santa Maria: RS, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/273/132>>. Acesso em: 21 junho de 2014.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. *Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes*. IX COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITARIA NA AMÉRICA DO SUL. Florianópolis: SC, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35836>>. Acesso em: 08 fevereiro de 2015.

SANTOS, Mônica Pereira. SANTIAGO, Mylene Cristina. *As múltiplas dimensões do currículo no processo de inclusão e exclusão em educação*. Espaço do Currículo, v.3, n.2, pp.548-562. João Pessoa: PB, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/9665/5253>>. Acesso em: 05 junho de 2016.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. *Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas*. Rev. Lusófona de Educação, n. 13. Lisboa: Portugal, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100009>. Acesso em: 28 outubro de 2014.

SILVA, Márcia Regina da; SEGUNDO, José Eduardo Santarem; SANTOS-

ROCHA, Ednéia Silva. *Monitoramento de revistas científicas eletrônicas*. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo: SP, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3821/2944>>. Acesso em: 21 junho de 2016.

SCHWARTZMAN, Jacques. *Políticas de ensino superior no Brasil na década de 90*. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior- NUPES –USP. São Paulo: SP, 1996. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9603.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

SILVEIRA, Flávia Maia. *Atenção à Saúde Bucal de Pessoas com Necessidades Especiais*. Nova Friburgo: RJ, 2016. Disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=223886>. Acesso em: 25 de Maio 2016.

TRIPP, David. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa, São Paulo.v.31, n.3, p. 433-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>>. Acesso em: 08 junho de 2014.

UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca: Espanha, 1994.

_____. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Joimtien: Tailândia, 1990.

_____. *Declaração de Icheon*. Incheon: Coreia do Sul, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>>. Acesso em: 18 janeiro de 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE)*. Disponível em <<http://www.ppne.unb.br>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Programa USP Legal*. Disponível em: <<http://prceu.usp.br/programa/usp-legal/>>. Acesso em: 19 novembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Núcleo de Acessibilidade*. Disponível em: <<https://acessibilidade.ufg.br>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Núcleo de Acessibilidade*. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/acessibilidade/>>. Acesso em: 19 novembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. *Comissão de Inclusão e Acessibilidade*. Disponível em: <<http://www.euapoio.ufam.edu.br/index.php/sobrenos>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais*. Disponível em: <<http://www.caene.ufrn.br>>. Acesso em: 19 novembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Núcleo de Comunicação Social. *Sensibiliza UFF: grupo cria página na internet voltada para projetos relacionados a pessoas com necessidades especiais*. Niterói: RJ, 2007. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/noticias/2007/03/sensibiliza-uff.php>>. Acesso em: 19 novembro de 2015.

_____. *Cadernos de Acessibilidade*. Vol.1, p. 92-95. EdUFF. Niterói: RJ, 2008.

_____. *Decisões do Conselho de Ensino e Pesquisa – 2008*. Niterói: RJ, 2008.

Disponível em: <<http://www.conselhos.uff.br/cep/decisooes/2008/decisooes2008.php>>. Acesso em: 19 novembro de 2015.

_____. *Resoluções do Conselho de Ensino e Pesquisa – 2008*. Niterói: RJ, 2008. Disponível em:

<<http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2008/resolucoes2008.php>>. Acesso em: 19 novembro de 2015.

_____. *Sensibiliza UFF recebe verba do MEC pelo segundo ano consecutivo*. Niterói: RJ, 2008. Disponível em:

<<http://www.noticias.uff.br/noticias/2008/07/sensibiliza-incluir.php>>. Acesso em: 19 novembro de 2015.

_____. *Decisão n.º 494 de 08 de abril de 2009. Aprovação da mudança de nome do Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Sensibiliza UFF – NEPES para Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza/UFF – NAIS/UFF*. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/bs/2009/05/087-2009.pdf>> Acesso em: 20 agosto de 2016

_____. *Designação da Coordenação e Subcoordenação do Sensibiliza – NAIS/UFF* Niterói: RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/bs/2012/06/095-2012.pdf>>. Acesso em: 20 novembro de 2015.

_____. *Portaria n.º 50.319 de 04 de outubro de 2013*. Niterói: RJ, 2014.

Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/bs/2014/01/011-2014.pdf>>. Acesso em: 20 novembro de 2015.

_____. *Sensibiliza – UFF completa seis anos com muitos avanços, novos projetos e boas histórias para contar*. Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF). Niterói: RJ, 2015. Disponível em: <<https://sensibilizauff.com/2015/06/10/sensibiliza-uff-completa-seis-anos-com-muitos-avancos-novos-projetos-e-boas-historias-para-contar/>>. Acesso em: 19 novembro de 2015.

VICENTINI, Luiz Atilio. MILECK, Luciângela Slemer. *Desenvolvimento de sites na web em unidades de informação: metodologias, padrões e ferramentas*. Campinas: SP, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=3&opt=1>>. Acesso em: 03 junho de 2016

ZANIN, Joslene Eidan. *Direito a Educação: o uso de normas internacionais na perspectiva da universalização da efetivação do direito*. Lumiar Revista de Ciências Jurídicas, v. 1, nº 1. Ponta Grossa: PR, 2007. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/lumiar/article/view/1651/1257>>. Acesso em: 28 outubro de 2014.

7. APÊNDICES E ANEXOS

7.1 APÊNDICE Nº 1: PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SOBRE O SENSIBILIZA

- 1) O que lhe motivou a investir na proposta do Sensibiliza?
- 2) Qual foi a ideia inicial do Sensibiliza e a origem do nome?
- 3) Quando foi iniciado o Sensibiliza e como era composto na ocasião?
- 4) Como foi a receptividade da UFF em relação ao Sensibiliza?
- 5) Quais foram as primeiras conquistas do Sensibiliza?
- 6) Como foi sua participação no Sensibiliza?
- 7) Em 2005 houve o lançamento do Programa Incluir, através do Ministério da Educação (MEC), com o principal objetivo de fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), através da aprovação de projetos e liberação de verbas. A Universidade Federal Fluminense (UFF) foi contemplada pelo Programa nos anos de 2007 e 2008, quais benefícios foram proporcionados e que mudanças ocorreram no Sensibiliza no período?
- 8) Desde 2013 o Sensibiliza tornou-se Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF), integrado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Atualmente como é a composição do Sensibiliza UFF e onde está localizado?
- 9) Como é a atuação da Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF) nos dias atuais?
- 10) De que forma se dá a relação do Sensibiliza UFF com os *Campi* da UFF, principalmente do interior?
- 11) Você considera que houve um avanço satisfatório desde que foi iniciado o Sensibiliza até os dias de hoje (quanto à aquisição de bens, serviços prestados, localização e outros)?
- 12) Em relação ao Sensibiliza UFF quais as perspectivas para o futuro?

7.2 APÊNDICE Nº 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA PROF. DRA LUIZA SANTOS MOREIRA DA COSTA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Educação Inclusiva no Ensino Superior
Mestranda: Aline Chermont Warol Teixeira
Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Carvalho Delou
Instituição: Universidade Federal Fluminense
Telefones para contato: (22) 25287168 - (22) 25287166
Nome do participante: Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa

Prezada Luiza Santos Moreira da Costa, a senhora está sendo convidada a participar voluntariamente do projeto de pesquisa "Educação Inclusiva no Ensino Superior", de responsabilidade da mestranda Aline Chermont Warol Teixeira, sob orientação da Profa. Dra. Cristina Maria Carvalho Delou.

Há mais de dez anos acontecem diversas ações voltadas para a inclusão na Universidade Federal Fluminense (UFF), mesmo antes da implantação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF (NAIS), que foi transformado em Divisão de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF (DAI/CAS) recentemente. Desta forma, com objetivo de escrever sobre a história da DAI/CAS é necessário realizar uma entrevista semiestruturada com a senhora, que foi uma das pioneiras do Sensibiliza UFF. Para realização da entrevista, composta por 12 questões, será utilizado um gravador e não haverá o registro de imagens, sendo a entrevista transcrita posteriormente. Em seguida será elaborado um texto sobre a história da DAI/CAS, que fará parte da dissertação de mestrado da aluna Aline Chermont Warol Teixeira, do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão – UFF.

A realização desta entrevista não oferece desconfortos ou riscos para a participante e representa um benefício para a comunidade, visto que será possível apresentar as ações da UFF voltadas para a diversidade e inclusão.

Eu, Luiza Santos Moreira da Costa, RG nº 52.28850-7 (CRM-RJ), declaro ter sido informada e concordo em participar, como voluntária, do projeto de pesquisa acima descrito.

Niterói, 22 de julho de 2015.



Profa. Dra. Luiza Santos Moreira da Costa

Participante


Aline Chermont Warol Teixeira

Mestranda responsável pela entrevista

7.3 APÊNDICE Nº 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA JORNALISTA SRA. LUCÍLIA MARIA MOREIRA MACHADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Educação Inclusiva no Ensino Superior
Mestranda: Aline Chermont Warol Teixeira
Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Carvalho Delou
Instituição: Universidade Federal Fluminense
Telefones para contato: (22) 25287168 - (22) 25287166
Nome do participante: Lucília Maria Moreira Machado

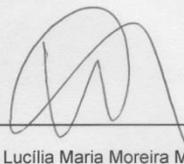
Prezada Sra. Lucília Maria Moreira Machado, a senhora está sendo convidada a participar voluntariamente do projeto de pesquisa "Educação Inclusiva no Ensino Superior", de responsabilidade da mestranda Aline Chermont Warol Teixeira, sob orientação da Profa. Dra. Cristina Maria Carvalho Delou.

Há mais de dez anos acontecem diversas ações voltadas para a inclusão na Universidade Federal Fluminense (UFF), mesmo antes da implantação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF (NAIS), que foi transformado em Divisão de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF (DAI/CAS) recentemente. Desta forma, com objetivo de escrever sobre a história da DAI/CAS é necessário realizar uma entrevista semiestruturada com a senhora, que foi uma das pioneiras do Sensibiliza UFF. Para realização da entrevista, composta por 12 questões, será utilizado um gravador e não haverá o registro de imagens, sendo a entrevista transcrita posteriormente. Em seguida será elaborado um texto sobre a história da DAI/CAS, que fará parte da dissertação de mestrado da aluna Aline Chermont Warol Teixeira, do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão – UFF.

A realização desta entrevista não oferece desconfortos ou riscos para a participante e representa um benefício para a comunidade, visto que será possível apresentar as ações da UFF voltadas para a diversidade e inclusão.

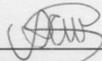
Eu, Lucília Maria Moreira Machado, RG nº 4414195-0 declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Niterói, 04 de julho de 2015.



Lucília Maria Moreira Machado

Participante



Aline Chermont Warol Teixeira

Mestranda responsável pela entrevista

7.4 ANEXO Nº 1 - REPORTAGEM DO JORNAL A VOZ DA SERRA

Ótimo trabalho de inclusão no ensino superior dá origem a interessante site

A jovem pedagoga friburguense Aline Chermont Warol Teixeira (foto), técnica em assuntos educacionais do Instituto de Saúde de Nova Friburgo da Universidade Federal Fluminense e aluna do curso de mestrado profissional em diversidade e inclusão da UFF, acaba de desenvolver espetacular trabalho a partir de suas pesquisas sobre inclusão no ensino superior, culminando também por aplaudida iniciativa, a criação de um interessante site como produto de seu mestrado.

“Com a promoção da educação inclusiva nas últimas décadas, é cada vez mais crescente a quantidade de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em todas as etapas do ensino. Entretanto, especialmente em relação ao ensino superior, para que os alunos público-alvo da educação especial obtenham um desempenho satisfatório não basta promover o ingresso destes nas universidades, mas também a permanência. Nesse sentido, medidas são necessárias para reduzir as barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas, evitando, assim, a evasão dos cursos de graduação. É fundamental, por exemplo, uma constante movimentação na comunidade acadêmica, propiciando a modificação de crenças e atitudes frente à inclusão. Com a criação de canais de comunicação há disseminação do conhecimento e a realidade começa a ser transformada. Desta forma, diante do engajamento com educação inclusiva tive a iniciativa de elaborar o site ‘Educação Inclusiva no Ensino Superior’, sob orientação da Dr^a Cristina Maria Carvalho Delou”, nos conta a jovem Aline.

Este site www.inclusaonf.uff.br criado pela aluna é uma ação de extensão do Setor de Apoio Educacional do Instituto de Saúde de Nova Friburgo/UFF e seu objetivo é divulgar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, desenvolvidas por técnicos-administrativos, docentes e alunos da Instituição de Ensino Superior, ações governamentais de âmbito federal, estadual e municipais, favorecendo a divulgação científica junto a pessoas que tenham a possibilidade de conhecer a produção, os serviços disponíveis na universidade e na comunidade, colaborando, assim, com educadores, familiares e outros profissionais e cidadãos em prol da educação inclusiva, diversidade e inclusão.



7.5 ANEXO Nº 2 - REPORTAGEM DO JORNAL MAIS BOM JARDIM

Trabalho de mestrado dá origem a projeto de inclusão

A técnica em Assuntos Educacionais do Instituto de Saúde de Nova Friburgo / Universidade Federal Fluminense, **Aline Chermont Warol Teixeira** (FOTO), também aluna do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da UFF, realizou recentemente uma pesquisa sobre inclusão no ensino superior. Com base nessa pesquisa, a pedagoga Aline Chermont criou um site como produto deste mestrado. Este site está inserido como link na página da Universidade Federal Fluminense – Campus Nova Friburgo (www.punf.uff.br/inclusao).

Com a promoção da educação inclusiva nas últimas décadas é crescente a quantidade de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em todas as etapas do ensino. Entretanto, especialmente em relação ao Ensino Superior, para que os alunos público-alvo da educação especial obtenham um desempenho satisfatório não basta promover o ingresso destes nas universidades, mas também a permanência. Nesse sentido, medidas são necessárias para reduzir as barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas, evitando, assim, a evasão dos cursos de graduação. É fundamental, por exemplo, uma constante movimentação na comunidade acadêmica, propiciando a modificação de crenças e atitudes frente à inclusão. Com a criação de canais de comunicação há disseminação do conhecimento e a realidade começa a ser transformada. Foi desta forma que, diante do engajamento com educação inclusiva, que Aline Chermont elaborou o site "Educação Inclusiva no Ensino Superior", sob orientação da Drª Cristina Maria Carvalho Delou.



Aline C.W. Teixeira, além de atuar na Equipe de Educação Especial do vizinho município de Nova Friburgo e no Instituto de Saúde de Nova Friburgo da Universidade Federal Fluminense (ISNF/UFF), também é aluna do Curso Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) da UFF e o site representa o produto final do seu projeto de pesquisa. O site é uma ação de extensão do Setor de Apoio Educacional do Instituto de Saúde de Nova Friburgo/UFF e o objetivo é a divulgação de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, desenvolvidas por técnicos-administrativos, docentes e alunos da Instituição de Ensino Superior, ações governamentais de âmbito federal, estadual e municipais para divulgação científica em diversidade e inclusão.

O site institucional apresenta o seguinte endereço para acesso: www.inclusao.uff.br. A expectativa, como também nos revelou Aline, é de que, por este caminho, um maior número de pessoas tenha a possibilidade de conhecer a produção, os serviços disponíveis na universidade e na comunidade, colaborando, assim, com educadores, familiares e outros profissionais e cidadãos em prol da educação inclusiva.



OUIDORIA

Santa Casa do Bom Jardim - Hospital Dr. Celso Erthal

A Santa Casa quer ouvir você!

Para isso contamos com o serviço de

OUIDORIA

Atendendo através de:

- Telefone: (22) 25662140 Ramal 211
- E-mail: ouvidoriasbj@hotmail.com
- Questionários: Disponíveis nas recepções
- Pessoalmente e por telefone: Segunda a Sexta-feira das 8:00 às 14:00 hs.

Faça sua manifestação (Elogio, sugestão ou crítica), assim poderemos melhorar e aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes.

Ouidora: Hiviany Mello

Lembranças de festas juninas

A. Magno

"O sol já se foi, agora só nos resta as memórias daquela luz".
- Naruto -

Mesmo que nos meus tempos de criança e adolescente Bom Jardim não tivesse a animação das festas juninas que se tem no Nordeste brasileiro, duas passagens até hoje me fazem rir quando me lembro delas ou que as conto para alguém.

Nessa época já existia a famosa festa da Rua Monnerat, a qual era organizada pelos moradores locais e, ainda hoje (como mais uma vez aconteceu nesta última terça-feira, 29 de junho, Dia de São Pedro), mantida pela **Senhora Elizabeth**. Havia também uma animada quadrilha junina organizada e conduzida pelo saudoso professor **Jader Mulo e esposa**. Quanto aos fogos, nós comparamos na vinda do **Senhor Zezé Fogueiro**.

Mas... Vamos as duas passagens que vez por outra me fazem rir.
Numa certa noite fria de 13 de junho, eu, os três filhos da **Senhora Isaura Costureira** e



O querido e inesquecível Ruy Celso Nicolletto nasceu em 3 de setembro de 1944 e faleceu em 1º de maio de 2010

três filhos da **Senhora Isaura Costureira** e três ciganos que estavam acampados ao lado do terreno paroquial, acendemos uma pequena fogueira nas proximidades da ponte sobre o Córrego Floresta. Enquanto a fogueira queimava e assava algumas batatas doces e pedações de cana, um razoável número de moleques já se encontrava no ambiente festivo. Como a noite estava muito fria, me aproximei da fogueira para esquentar as mãos quando o cigano mais velho veio por detrás de mim e "abaixou o meu calção", deixando-me envergonhado e, por outro lado, causando risadas dos presentes e gritos, tais como: "Bunda branca!! Bunda branca!!" O cigano se deliciava com a fogueira, mas... mal sabia ele que o filho da **"Isaura Professora"** não ia deixar isso passar por menos sem dar o devido troco. Assim, esperei pelo momento certo e quando o cigano foi apanhar uma batata doce na fogueira, aproveitei e dei um empurrozo nele para dentro da fogueira. Em seguida, como ele era mais forte, corri para minha casa onde fiquei no aguardo das consequências.

Como na Rua Leopoldo Silva moravam duas Isauras, sendo uma professora e a outra costureira, quando a mãe do cigano soube do incidente com o filho, apanhou uma faca e foi tomar satisfações com a **Isaura Costureira**, isto para minha sorte, já que eu, autor, era filho da **Isaura Professora**.

A segunda passagem aconteceu com o saudoso **Ruy Celso Carliello**, tido na época como moleque levado e do... riscado.

Naquela noite junina alguém fez uma pequena fogueira na rua Nilo Peçanha nos fundos da Prefeitura, hoje Câmara Municipal. Como naquela época o dinheiro era curto, sobretudo para se gastar com fogos, nós apanhávamos folhas de ficus em arbustos da praça Cel. Monnerat e jogávamos dentro da fogueira, as quais, uma vez aquecidas estalavam como se fossem bombinhas.

Como em toda festinha de interior não pode faltar a figura do bábado e essa não era diferente das demais, nela surgiu um que trabalhava na manutenção da linha férrea que cortava o município. O dito bábado já estava enchendo o nosso saco, pois toda vez que um de nós soltava uma bicha (bombas), ele pisava sobre a mesma apagando-a e zombando da gente.

Lá pelas tantas, chegou **Ruy Celso** com os bolsos cheios de bombas, principalmente as famosas bichas, ou seja, as mais fraguinhas e, consequentemente, as menos perigosas. **Ruy Celso**, apesar da fama de levado, era muito generoso com os amigos, tanto que ao chegar foi logo distribuindo alguns fogos com os moleques presentes. **Ruy Celso**, animado como sempre, soltou uma bicha que imediatamente foi apagada pelo inconveniente bábado, pisando sobre ela. **Ruy Celso** soltou outra e o bábado apagou-a do mesmo jeito e, ainda por cima, com risos e deboches. **Ruy Celso** que não era de aguentar provocações, se retirou olhando para o bábado como se quisesse dizer: "Espera-me...". Minutos depois retornou à fogueira. Como o bábado ainda se encontrava no local, ao ver **Ruy Celso**, falou em voz alta: "Ei, solta outra merda dessa para eu apagar de novo!" **Ruy Celso** retirou do bolso uma falsa bomba cabeça de negro que ele preparou, mas que na verdade era uma bicha enrolada em papéis com o intuito de enganar o bábado. Mas...

O cara estava tão embriagado que não se assustou com o volume da mesma e apagou-a, dando risadas irônicas. **Ruy Celso** não perdeu tempo, meteu a mão no bolso, acendeu uma bomba "cabeça de negro verdadeira", atirou-a em direção ao bábado e disse: "Ei, apague essa se você for macho!" O bábado que a essas alturas já estava mais pra lá do que pra cá, pisou sobre a bomba, a qual ao explodir, além de arrebentar o sapato, deixou-o com o pé inchado e mancando por vários dias pelas ruas de Bom Jardim.

Em suma, se **Ruy Celso** era tido como moleque levado, asseguro que o moleque filho da **Isaura professora** apesar da cara de santo, também não era lá nenhuma flor que se cheirasse. Contudo, o importante foi ter vivido intensamente o nosso universo bom-jardinese.

Já baixou o Aplicativo do Jornal Mais BJ para seu celular? É só entrar no Google.Play, procurar "Jornal Mais BJ" e baixar. É FÁCIL, RÁPIDO E DE GRAÇA!